

# ***Roteiro de uma vida***

## Memorial Acadêmico

LIVIO SANSONE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

*Reitor*

João Carlos Salles Pires da Silva

*Vice-reitor*

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

*Assessor do Reitor*

Paulo Costa Lima

# ***Roteiro de uma vida***

Memorial Acadêmico

LIVIO SANSONE



2017, Livio Sansone.  
Direitos dessa edição cedidos à Edufba.  
Feito o Depósito Legal.

*Capa e projeto gráfico*  
Gabriel Cayres

*Editoração*  
Ana Paula Azevedo

*Revisão*  
O autor

Sistema de Bibliotecas – UFBA

---

Sansone, Livio.

Roteiro de uma vida : memorial de Livio Sansone / Livio Sansone.- Salvador:  
EDUFBA, 2017.

100 p.

ISBN: 978-85-8292-142-5

1. Sansone, Livio, 1956-. 2. Cientistas sociais – Brasil - Biografia. 3. Cientistas sociais – Itália – Biografia. 4. Memória autobiográfica. I. Título.

CDD: 923

---

*MEMORIAL Para promoção à Classe E, denominação Professor Titular, da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal da Bahia, em conformidade com o disposto nos artigos 12 e 14 da Lei no. 12.772/2012 e da Portaria no. 982/2013 do Ministério da Educação.*



# Sumário

## Sumário

- 9 Introdução: Roteiro de uma vida e meu próprio romance
- 13 Infância e adolescência
- 15 Formação – Roma, Londres e Amsterdã
- 23 Consolidação – Salvador e Rio de Janeiro
- 49 De volta para a Bahia – a idade madura: The Prime
- 73 Um balanço final: o futuro de um homem com 60 anos
- 81 Anexo: Roteiro de 40 anos



## Introdução:

### Roteiro de uma vida e meu próprio romance <sup>1</sup>

Falar de si virou moda. Na antropologia, depois do advento da moda dialógica por volta dos anos de 1990, não há mais intimidade que não deva ser devassada. Já que todos concordam com a perspectiva, que se afirmou como crítica e subversiva, de que todo conhecimento é posicionado, e não de valor universal, tornou-se canônico que o antropólogo, na escrita de sua narrativa, apresente-se, explicita sua agenda, e até fale de quem gostou e não gostou em seu trabalho de campo. Etnografia e diário de campo confundem-se como nunca. Passou-se de narrativas norteadas na velha voz fora de campo, aquele comentário cheio de autoridade, típico dos documentários da BBC dos quais tanto gostava quando menino, para o jogo de espelhos que nos aproxima ao novo jornalismo, no qual o entrevistador é, por vezes, mais falado do que o entrevistado. Na época digital, com o Facebook e o programa televisivo Big Brother, a intimidade é tema público, algo que se mostra como uma roupa, elemento da parte exterior das coisas.

Gostaria de ter defendido uma tese inédita e, de fato, até teria uma ou até duas, cada um correspondendo a projeto de livros já quase prontos... O fato é que resolvi escrever em italiano, minha língua materna, o livro referente à “galáxia” Lombroso e à América Latina, até como exercício proustiano de busca do tempo perdido <sup>2</sup>, ao

---

1 José Perreira de Graça Aranha, mentor da semana modernista de S. Paulo, deixou um manuscrito inacabado, com a própria biografia cujo título era Meu próprio romance, que acabou sendo publicado pela Companhia Editora Nacional.

2 Em 2013, estive na Itália durante 12 meses para fazer pesquisa depois de 35 anos de ausência do

passo que estou terminando de escrever em inglês um segundo livro sobre Eduardo Mondlane (primeiro presidente da Frelimo, Moçambique) e as ciências sociais. Assim, o texto que segue tem de ser um memorial. Um relatório de eventos diacronicamente pensado e, mais concretamente, de sucessos e fracassos, daquele acumular de status que corresponde ao se consolidar da carreira acadêmica e ao ganhar de cabelos brancos, e que também corresponde não somente a encontros, parcerias e amizades construídas no caminho, mas também a brigas, animosidades e, por vezes, verdadeiras – e tristes – inimizades. É ademais curioso que se peça um memorial a um homem de (quase) sessenta anos de idade, sem pensar que neste não se instale o desejo de escrever algo muito mais pomposo como as suas memórias o seriam<sup>3</sup>. Tentando não correr este risco, mas convicto de que preciso refletir sobre a própria vida e quase quatro décadas de produção no meio acadêmico, trilho este caminho autobiográfico, esperando produzir uma leitura senão prazerosa, pelo menos útil para entender que tipo de gente trabalha em nossa universidade e a ela, de fato, dedica parte central de sua vida<sup>4</sup>.

Sem dúvida alguma, é complexo explicar o que nos leva a optar por uma carreira ou escolher uma disciplina acadêmica específica, em particular quando se está no exercício da profissão há quase quarenta anos. No meu caso, a escolha inicial pela Antropologia tem a ver com uma paixão: um grande desejo de mudar o mundo, de torná-lo socialmente mais justo. Uma paixão que, por volta dos anos de 1970, envolveu uma geração inteira. É claro que esta não era nem é a única forma de se acreditar e apostar na Antropologia, mas era aquela que me seduzia e motivava.

Cada uma das fases ou etapas nas quais está dividido este memorial representa, como muitas vezes em nossas vidas, um elemento tanto de continuidade como de ruptura com a fase que a precede. Em meu caso, cada nova etapa representa uma mudança de cidade, redes, normas, estilos acadêmicos e, frequentemente, língua. Por isso que, reconsiderando quarenta anos de atividades, dou-me conta de quantas vezes passei por momentos de afonia – por não conseguir me expressar em uma nova língua a contento – e de estranhamento, por não ter aprendido ainda lidar com novas

---

meio acadêmico italiano. Foi uma experiência interessante, inclusive do ponto de vista emocional. Por fim, não encontrei muitas das coisas que procurei na Itália, motivado por minhas lembranças de juventude. Encontrei, porém, muitas coisas, quiçá, mais interessantes ainda.

- 3 Para quem, tomado pela leitura deste memorial, quiser saber mais um pouco sobre minha vida e trajetória profissional, indico minha entrevista concedida a Celso Castro e recém publicada no portal CPDOC: <http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/liviosansone>
- 4 Agradeço Melisa Mello pela competente revisão deste texto. Agradeço Sueli Borges, minha companheira de vida, pelas várias dicas e a paciência infinda.

normas e códigos. De fato, disto eu sou o verdadeiro responsável, porque em minha vida tenho priorizado o conhecimento de códigos, normas e estilos novos, mais do que o aprofundamento do conhecimento de códigos já conhecidos. Para parafrasear James Clifford, tenho priorizado fortalecer minhas *routes*(*rotas*) mais do que minhas *roots* (raízes). Isto tem levado a um duplo registro de avaliação de meu desempenho como cientista: uma avaliação interna em que sempre mostro carências no que diz respeito ao manuseio dos códigos, e outra avaliação externa que tem, na maioria das vezes posto, em evidência o caráter experimental do meu operar em redes, frequentemente transnacionais. Isso tem me causado deveras tensões: por um lado, insistia em ganhar certo reconhecimento no plano local, mas por outro, procurava reconhecimento translocal, que muitas vezes significava fugir a regras locais. Eis uma contradição que espero resolver, de alguma forma, nos anos vindouros.

Veremos o que, em minha produção, envelheceu, ficou canônico e até convencional ou, pelo contrário, manteve até então um caráter de novidade e inovação. É consenso que, na vida de um pesquisador, encontram-se estes três componentes (ideias que se tornam obsoletas, canônicas ou inovadoras), embora suas doses variem bastante. Em seguida tratarei, brevemente, do começo de minha trajetória, tendo por isso de me voltar para meu passado.



## Infância e adolescência

Meu interesse por aquilo que na época na Itália se chamava de questão social começou cedo, sobretudo por ouvir minha mãe Rosa e meu tio Alfonso falar. Minha mãe me falava de seu trabalho como assistente social na Sicília do pós-guerra. Dizia que Jesus foi o primeiro socialista e que estudar era importante, mas que nosso conhecimento devia servir aos outros. Gostava de ouvir os adultos e os velhos em minha família, muitas vezes preferia isso a me juntar aos outros primos em jogos masculinos, que achava bravos e inutilmente violentos. Às vezes, gostava também de falar. E muito. Meu apelido, quando menino, era “o advogado”. Meu tio Sívio, sempre um pouco cáustico, repetia que eu tinha de falar somente quando a galinha fizesse xixi, ou seja, nunca... Falava e opinava, frequentemente com o dedo erguido, como os professores.

Meu tio e meu pai Agostino começaram cedo produzir filmes, ou melhor, documentários, com certo cunho etnográfico focado na cultura siciliana, e logo filmes de ficção. Alguns desses filmes tiveram grande sucesso, embora mais de crítica do que de bilheteria. Muito importante para mim e para meu irmão menor Lucio, foi poder circular por Cinecittá nos anos de mais efervescência para nossa imaginação, de 6 a 14 anos. Na cidade do cinema, na periferia de Roma, encontrávamos gladiadores, soldados alemães, anões, padres e bailarinas – todos almoçando juntos por baixo dos grandes pinheiros por lá. Clint Eastwood tirou fotos carregando nas costas a mim e meu irmão, e vi Claudia Cardinale trocar de roupa – uma emoção forte para um menino de 8 anos. Foram anos curiosos, nutridos de ideias primitivas acerca do socialismo e de um imaginário profundamente felliniano.

Outra influência importante foram as professoras da escola Montessori onde minha mãe inscreveu a mim e meu irmão. Essa escola, pública como a maioria das escolas na Itália, foi onde Maria Montessori havia criado sua primeira equipe, sendo que algumas das mais velhas professoras ainda se lembravam da velha e severa Maria. A professora Luciana, de história, foi que muito peso teve em minha formação. Ensinou a história por conceitos e grandes temas, e não mais por datas ou nomes. De fato, já se dizia em família que eu teria sido aquele que teria dado seguimento aos estudos do meu bisavô, o historiador Alfonso Sansone, o qual somente conheci pelo grande quadro a óleo instalado acima da lareira na casa de meu tio Alfonso. Fiz a escola elementar, média e ginásial inteiramente no método Montessori – algo que na Roma dos anos de 1960 caracterizava as famílias da burguesia intelectual de esquerda ou do catolicismo progressista.

14

Aos 14 anos de idade, minha vida mudou radicalmente quando meu pai resolveu se separar de nossa mãe – algo radicalmente novo em nossa extensa família siciliana –, o que fez com que nosso estilo e padrão de vida mudassem. Assim, tive de assumir certa função de pater família júnior, ajudando minha mãe a educar meu irmão Lucio, dois anos mais jovem, e minha irmã Mimí, sete anos mais jovem. Eu acabara de entrar no Liceu, onde em dois anos tornei-me um dos mais destacados líderes dos estudantes secundaristas. O ativismo absorveu-me, deu rumo à minha adolescência e parecia-me a melhor forma de fazer acontecer todas as promessas de altruísmo e generosidade que tinha recebido em minha educação. Tornei-me militante da organização de extrema esquerda Lotta Continua e isso contribuiu ainda mais a projetar as grandes questões do mundo numa jovem vida.

Por volta de 1976, deflagrou na Itália aquilo que, na esquerda, foi chamado de crise da política – e o surgimento de um forte movimento reivindicando que a vida pessoal também é política. Minha mãe, já formada em direito e em serviço social, começou estudar psicologia, e eu a acompanhava em suas excursões no movimento anti-psiquiátrico – Psichiatria Democratica. Nossa casa abriu-se a este mundo, e lembro-me das visitas de German Greer e dos líderes do movimento anti-psiquiátrico, Pirella e Basaglia. Lembro-me também de como minha primeira e única nota disciplinar no Liceu resultou de uma sessão de leituras pública da obra de David Laing e David Cooper – algo que chegou a irritar um grupo de pais mais conservadores.

Com pouco dinheiro em casa, mas ainda mais motivado pela busca de novidades, encontrei um trabalho em uma pequena empresa metalúrgica onde permaneci por mais de um ano, observando o interessantíssimo mundo sindical. Assim, tinha de estudar a noite e ainda me lembro do quão difícil era ficar acordado durante minhas leituras nas longas viagens de bonde.

## Formação: Roma, Londres e Amsterdã

### **Bacharelado em Sociologia**

Comecei a estudar sociologia por paixão. Nunca nem cheguei a cogitar escolher outro curso para minha graduação, e era nesse curso que havia uma especialização em antropologia. Na enorme universidade de Roma, era complicado achar um caminho. A instituição caracterizava-se por um conjunto de grandes docentes, entre os quais Franco Ferrarotti, mas relativamente poucas aulas. Muitos alunos, de fato, estudavam em casa e somente apareciam para fazer os exames, que eram severíssimas entrevistas acompanhadas por uma prova escrita. As relações com os docentes eram distantes, quicá formais. O curso consistia em vinte disciplinas e na realização de uma dissertação. Dez disciplinas básicas eram obrigatórias, as outras dez eram escolhidas pelo próprio aluno, que, com a ajuda de seu orientador, definia a sua especialização – no meu caso, Antropologia Cultural. Desejo ressaltar os cursos de Metodologia e Uso das Histórias de Vida com o professor Massimo Campelli, o de Etnologia com o professor Vittorio Lanternari e os de Antropologia Cultural com o professor Massimo Canevacci (meu tutor). Campelli fazia parte da escola de História Oral italiana, de cunho neomarxista (associado à revista *Quaderni Rossi*); Lanternari era um conhecido antropólogo dos movimentos milenarista; e Canevacci, professor visitante na USP nos últimos anos, pesquisa os novos movimentos sociais da cidade pós-moderna.

Em dezembro de 1977, perdi minha mãe, que faleceu com somente 46 anos. Fiquei em casa sozinho com meus irmãos ainda menores de idade. Foi um momento terrível para nós três. De junho de 1978 até setembro do mesmo ano, assumi a coordenação da comunidade terapêutica organizada pelo Serviço de Saúde Mental do Município de Cortona (Arezzo) que minha mãe coordenava. Na ocasião, eu e meu irmão fizemos nosso primeiro filme – ainda em super8 – sobre como um adolescente autista encontrou a si próprio em um curso de musicoterapia. A complexidade da doença mental em uma Itália em rápida mudança tanto econômica como de estilos de vida foi meu primeiro problema sócio-antropológico “a resolver”.

A experiência no movimento antimanicomial, a sensação de fracasso de certo ativismo de esquerda no qual tinha militado e a consciência de que tudo isso podia e devia ser mais bem compreendido a partir de uma pesquisa realizada no exterior levou-me à decisão de viajar para Londres para lá realizar algum tipo de pesquisa para minha dissertação final de curso sobre movimentos sociais. Em princípio, devia ficar seis meses, mas acabei ficando dois anos. Essa experiência – a de sobreviver em Londres – mudou minha vida, pois, embora estivesse longe das responsabilidades familiares, não tinha nenhuma rede de apoio e estava, sobretudo no início, sozinho. Por outro lado, lembro-me bem do prazer que me dava o trabalho de campo, entrevistar em inglês pessoas com uma trajetória política muito diferente da minha e, à noite, perto do pequeno aquecedor, transcrever as anotações na máquina de escrever que tinha sido de minha mãe, uma inesquecível Olivetti Lettera 32.

Obtive o título de Laurea, correspondente no Brasil ao de Bacharel em Sociologia, com especialização em Antropologia, em Dezembro de 1980, na Universidade La Sapienza, de Roma, Itália. Na realização do TCC, fui orientado pelos professores Canevacci e Lanternari. A pesquisa de campo foi em Londres, no East End, onde morei por quase dois anos, entre outubro de 1978 e outubro de 1980. Meu tema de pesquisa foi o estudo de subculturas juvenis em um contexto dominado pela crise do estado de bem-estar (Welfare State) e pela crescente imigração, sobretudo oriunda das ex-colônias. Tal contexto estava associado a profundas mudanças na vida da classe operária e ao surgimento de novas identidades étnicas de marco juvenil. Para isso, comparei duas subculturas juvenis: os punks (quase todos brancos) e os rastafáris (negros). Realizei observação participante, coletei histórias de vida e pesquisei a imprensa oficial e as publicações dos próprios punks e rastafáris. A principal conclusão foi que aquilo que na época chamava de consciência de classe, o sentimento de pertença a um grupo social com uma história e um futuro em comum que se manifestava no proletariado londrino nos finais dos anos de 1970 era, em muitos aspectos, co-determinado por uma consciência de cunho étnico, associada ao se perceber como cidadãos britânicos “nativos”, em oposição aos “não-tão-nativos” que seriam

os imigrantes e sua segunda geração. Outra conclusão, além desta forte presença de um sentimento racial nas classes baixas, foi que as subcultura e os estilos juvenis criados entre brancos e não brancos viviam em simbiose simbólica um com o outro, embora anunciassem a diferença com o outro (não)branco como com determinante e essencial. Por exemplo os skinheads falavam mal dos não brancos, e as vezes os agrediam até fisicamente, mas dançavam às notas da música ska, de origem jamaicana e, por vezes, admitiam até jovens negros em suas fileiras. Outro exemplo, mais recente, foi a construção de um imaginário e de uma narrativa de fato em comum em torno da noção de apocalipse e Armagedom entre punks e rastafarianos em Londres. As famosas músicas e letras do grupo Smiley Culture eram um autentico tributo a este universo simbólico compartilhado na Londres da década de 1980: o mesmo cantor, um jovem nascido em Londres de pais jamaicano, interpretava perfeitamente o policial, com seu forte acento cockney, e o jovem teenybopper negro com seu forte acento jamaicano <sup>5</sup>. Com outras palavras, “raça” era frequente a forma com a qual o desencanto e desconforto de uma classe social acabava se manifestando.

Na Inglaterra, fui orientado, informalmente, pelo professor Stuart Hall, na época, diretor do famoso Center for Contemporary Cultural Studies de Birmingham. Nesse período, também tive o prazer de conhecer e socializar com outros expoentes do CCCS, na época todos pós-doutorandos: Dick Hebdige, Paul Willis e Paul Gilroy. Esses contatos se tornariam muito úteis depois <sup>6</sup>. No exame final do curso, fui aprovado cum laude, e minha monografia foi publicada quase que integralmente, sob a forma de vários artigos, em italiano e espanhol <sup>7</sup>.

Os temas da monografia resultavam diretamente na minha experiência de militante político/sindical na Itália dos anos 70 e do trabalho como assistente social para a integração dos deficientes mentais, segundo os princípios da anti-psiquiatria, sempre na Itália. Em outras palavras, amadureci o interesse pelas Ciências Sociais, particularmente pela Antropologia Urbana, a partir de um questionamento da prática da militância e da assistência social. Foram essas preocupações iniciais, somadas

5 <https://www.youtube.com/watch?v=PCPQZ1Le6dg> e, para as letras, <http://www.lyricsmx.com/lyrics.php?mode=song&song=5610>

6 Tentei providenciar a tradução dos primeiros livros destes autores, tanto em italiano quanto, mais tarde, em português. Consegui tal feito com o livro Atlântico Negro de Paul Gilroy, que foi publicado pela Editora34 e o qual prefaciei, como parte de um projeto de traduções de monografias clássicas em estudos étnicos financiado pela F. Ford que coordenei como parte de minhas atividades no CEAA – vide mais adiante – e que incluiu autores como Sidney Mintz, Richad Price, Leo Spitzer e Mike Hanchard.

7 Um de meus artigos, em espanhol, foi recentemente republicado na revista Política e Trabalho.

às temáticas das relações raciais e das novas identidades étnicas, que, desde o final do bacharelado, acompanharam a primeira década de minhas atividades acadêmicas, tornando-se a espinha dorsal de todas as minhas pesquisas. Utilizo a expressão estudos étnicos e raciais no sentido estabelecido pela canônica revista *Ethnic and Racial Studies*, fundada e dirigida durante décadas por Michael Banton: os estudos das fricções, tensões, enfrentamentos e negociações entre grupos que se autodefinem ou são definidos por outros como grupos ou minorias étnicas, ou como grupos racialmente definidos – geralmente um grupo se autodefine em termos étnicos, mas pode ser definido por fora racialmente (por sua aparência, cor ou fenótipo). Além disso, desde o começo e já durante meu mestrado, tenho assumido o desafio e me empenhado em estabelecer uma estreita associação entre a Antropologia e a elaboração de políticas e soluções viáveis para a redução das injustiças sociais, especialmente daquelas mais especificamente associadas a pertença a um grupo definido em termos étnicos ou raciais.

Se meu estudo das subculturas juvenis londrinas – na realidade, meu batizado na prática da etnografia – estava norteado pela procura das formas que na Londres dos finais dos anos 70 assumiria a consciência de classe, a etapa que começou com o mestrado é caracterizada pelos termos identidade/etnicidade.

### **Mestrado em Antropologia Social**

Uma semana depois de concluir o bacharelado, mudei-me para Amsterdã, a convite do professor Hans Vermeulen, da Universidade de Amsterdã que estava começando um grande projeto de pesquisa (*Grupos e Fronteiras Étnicas*) com imigrantes turcos, chineses e surinameses. Trabalhei nesse projeto por dois anos, primeiro com um contrato de pesquisador e depois com bolsa de pesquisa do Ministério da Educação da Holanda. Durante este período, frequentei as quatro disciplinas obrigatórias para obter o diploma de Mestre em Antropologia na Universidade de Amsterdã.

O Centro de Estudos Sócio-Antropológicos (ASC) da Universidade de Amsterdã estava organizado em três departamentos de graduação e pós-graduação (Antropologia da Europa e do Mediterrâneo; Antropologia da Ásia e Antropologia Geral), e em três centros de pesquisa para doutorado e pós-doutorado (Centro de Estudos das Religiões; Escola de Pesquisa de Amsterdã; Instituto de Estudos Étnicos e das Migrações). Muitos professores, altamente qualificados, lecionavam, pesquisavam ou visitavam o ASC. Dentre nomes de professores do quadro permanente cito os de Jeremy Boissevain, Peter van der Veer, Johannes Fabian, Anton Blok, Jan Breman e Abraham de Zwaan. Ademais, havia regularmente importantes professores visitantes. Com dois deles mantive contatos até hoje: Sandra Wallman (University College,

Londres), que me convidou para trabalhar como pesquisador em Londres durante dois meses, em 1986, e Ulf Hannerz (Stockholm Universitet), com qual compartilhei experiências de pesquisa e troquei artigos durante anos. Hannerz citou meu trabalho, nas suas publicações (por exemplo, no seu recente livro *Transnational Connections*). Ademais, desde o começo da minha estadia em Amsterdã, sempre colaborei com o professor Hans Vermeulen, especialista em estudos étnicos. Meu orientador foi Jeremy Boissevain até este se aposentar e ser substituído pelo professor Humphrey Lamur.

Na Universidade de Amsterdã, o curso de Mestrado em Antropologia Social consistia em quatro créditos e na realização de uma tese. A comissão que avaliou meu diploma italiano de bacharel e a minha produção até então aceitou minha tese de bacharel como equivalente à de mestrado, e pediu que eu frequentasse dois cursos de Teoria Antropológica, ministrados por renomados antropólogos: Antropologia Social Britânica, ministrado por Jeremy Boissevain, autor do livro *Friends of Friends*, um clássico da teoria das redes; e Antropologia Crítica e Dialógica, ministrado por Johannes Fabian, autor do livro *Time and the Other*. Uma terceira disciplina foi Prática de pesquisa etnográfica, durante a qual aprendemos, realmente, a formular listas de perguntas, realizar entrevistas e observação participante, assim como organizar e transcrever o resultado das mesmas.

Durante o curso de mestrado, fui assistente de pesquisa do professor Vermeulen por um ano, o que me permitiu ler e resenhar uma boa parte da literatura em inglês, francês, alemão e holandês sobre migrações, diáspora e identidade étnica. Para nós, alunos de mestrado da Universidade de Amsterdã, eram anos de sedução pelo transicionismo de Frederik Barth e a aplicação da teoria da escolha racional ao processo pelo qual se constroem as identidades étnicas, desenvolvida por Michel Banton e Michael Hechter, autores que passaram pelo ASC como professores visitantes naqueles anos.

Logo depois, devido tanto à influência dos cursos ministrados pelos professores visitantes Sandra Wallman, David Epstein e Ulf Hannerz, como ao fato de ter se cristalizado um grupo de pesquisa interdisciplinar sobre migrações e relações inter-étnicas (que mais tarde se tornaria o já mencionado IMES), meus interesses voltaram-se para as teorias construtivistas das identidades étnicas e raciais. Em outras palavras, começava já entender que estes processos identitários sempre contêm uma dimensão de escolha racional e outra de cunho emocional. Eis a importância do estudo tanto do habitus etno-racial – para o qual é preciso uma análise historiográfica –, como da transição para a modernidade tardia. Esta última está associada à alteração radical da relação entre espaço e tempo e ao surgimento de novos projetos étnicos dentro e graças a novos fluxos culturais e estilos de vida possibilitados pela globalização. Esta mudança de ênfase no meu trabalho aparece de forma clara no livro que resultou na minha tese de doutorado.

## Doutorado em Antropologia

Na Universidade de Amsterdã, o curso de doutorado é centrado na realização de uma tese e na participação de cursos e seminários de discussão da pesquisa. Não existe um sistema formal de créditos, mas exigem-se uma participação ativa e assídua e um bom desempenho nestes cursos e seminários.

Comecei a pesquisa que resultou na minha tese de doutorado logo depois de chegar à Holanda, em 1981. Não dispondo inicialmente de uma bolsa de doutorado, que na época era praticamente limitada a cidadãos holandeses, realizei diversas pesquisas, com pequenos financiamentos de fundações privadas holandesas, o Nato Advanced Fellowship Program, e o Ministério da Universidade da Itália. Estas pesquisas resultaram em um relatório (em inglês) e em dois livros (em holandês). Na década de 1981-1991, frequentei diversos seminários e cursos, nas universidades de Amsterdã e Utrecht, sobre relações raciais, culturas negras, subculturas juvenis, antropologia urbana, novas formas de pobreza, antropologia do Caribe e, em 1990, antropologia do Brasil (ministrado pelo antropólogo Gert Banck).

Concluí o meu doutorado em maio de 1992, com a publicação da tese, em holandês *Brilhar na sombra. Estratégias de sobrevivência, subculturas e identidade étnicas entre os jovens negros de Amsterdã, 1981-1991*. Trata-se de uma pesquisa longitudinal, na qual acompanhei cem jovens creoles de classe baixa do Suriname em suas escolhas em relação às ‘soluções convencionais’ (escola e trabalho), ‘soluções alternativas’ (na economia informal e na criminal) e ‘soluções mágicas’ (na arena do lazer). Trata-se, no fundo, da história de um processo de marginalização dentro de uma sociedade afluente – de como se forma um grupo de novos pobres não brancos num país essencialmente branco. Mais uma vez, como já na dissertação de mestrado, embora agora com mais primor e detalhamento, foi esmiuçar a relação entre narrativas centradas na posição de classe e no sentimento de pertença a uma minoria étnica, formada por imigrantes de uma ex-colônia e seus descendentes. Tratava-se da formação de um grupo da população Holandesa identificado como *zwart*, negro. Neste processo de invenção do negro, como pessoa com atributos positivos (a sensualidade, o calor humano e o *suingue*) assim como negativos (pouco trabalhador, aproximativo, brincalhão), tentei identificar quais são os mecanismos de exclusão e – muito influenciado por Bourdieu – de auto-exclusão (aquele processo pelo qual um grupo subalterno “aprende” a desejar o desejável e a recusar o recusável). A tese, publicada diretamente como livro pela University of Amsterdam Press graças a uma doação especial do Ministério da Educação da Holanda, foi adotada como texto para cursos em diversas Universidades da Holanda e da Bélgica e foi objeto de resenhas extremamente positivas em todos os principais jornais e revistas de Ciências Sociais desses

países. Em sua tese de doutorado publicada em inglês pela Universidade de Maastricht na Holanda, em 1996, a socióloga Baukje Prins dedicou um inteiro capítulo ao meu trabalho. Meu livro acabou se tornando um sucesso editorial, encontrando-se hoje na sétima edição. Após resenhas positivas de uma série de especialistas, entre eles o professor Richard Price, Johannes Fabian, Ulf Hannerz e Suzanne Model, tentei angariar recursos para custear a tradução para o inglês – o que teria conseguido se tivesse ficado na UVA. Acabei conseguindo que vários capítulos deste livro fossem publicados em inglês e português em forma de artigos nas revistas *The Netherlands Journal of Social Sciences*, *Critique of Anthropology*, *Estudos Afro-Asiáticos* e no livro editado por Helena Wulff, *Youth Culture in a Cross-Cultural Perspective*, pela editora Routledge.

Aquilo que, porém, me deu ainda mais satisfação foi a forma pela qual a tese como tal, ou parte dela, foram adotadas pelas lideranças da comunidade creoula-surinamesa em suas reivindicações por melhores formas de assistência social. Particularmente bem recebida foi minha conclusão que não havia nenhuma relação diretamente proporcional entre assimilação cultural e integração econômica ou ascensão social. A questão determinante acabou sendo não a integração com os brancos em sim, mas com quais grupos de jovens holandeses brancos os jovens negros se integraram. Realmente importante era socializar com jovens em processo de ascensão social e não com os jovens em condição subalterna com os quais meus cem informantes dividiam as salas escolares, as esquinas e, frequente, as prisões.

Desde que me instalei em Amsterdã em 1980, onde acabei morando por doze anos, organizei seminários e proferi inúmeras palestras e minicursos sobre minhas pesquisas em cursos de graduação e pós-graduação nas seguintes Universidades: Universidade de Amsterdã (onde era pesquisador), Universidade Livre de Amsterdã, Utrecht, Rotterdam, Siena, Palermo, London University College, UFRJ, UFPE e UFBA – nestas outras universidades atuei como pesquisador visitante durante uma a duas semanas. No caso da Universidade de Amsterdã, tratava-se de atividades realizadas como parte de meu contrato como pesquisador (colaborador científico – *wetenschappelijk mederwerker*), o equivalente a professor assistente no sistema universitário federal no Brasil. Nos outros casos, fiz breves visitas de uma ou duas semanas como professor ou pesquisador convidado.

Após doze anos de residência na Holanda o próprio sucesso de publico e media do meu livro *Brilhar na Sombra* me deixou com a sensação que na Holanda, país pequeno com a maior densidade de doutores por habitantes, tinha já me tornado um dos especialistas em um outro país pequeno, embora interessantíssimo sob vários pontos de vista, como é o Suriname. E isto me deixou com a sensação que eu no meio acadêmico holandês, não obstante o reconhecimento obtido por meu doutorado, não teria

tido tanta “utilidade” – o campo dos estudos étnicos estava já relativamente saturado e devido ao muito bem desenvolvido sistema de bem estar social, não era na Holanda onde eu poderia desenvolver mais adiante meu desejo de realizar uma antropologia socialmente útil. Por outro lado, lendo os clássicos sobre culturas afro-americanas, como ao importante coletânea *Afro-American Anthropology*, organizada por Norman Whitten e John Szwed, publicada em 1970 pela Free Press de Nova Iorque, tinha me dado conta de quanto um país de tamanho continental como o Brasil, com sua grande população negra, tinha ficado de fato às margens dos estudos étnicos e afro-americanos<sup>8</sup>. O Brasil, ademais era um país com um histórico de desigualdades extremas e duráveis racialmente conotadas, porém em redemocratização, com uma própria tradição antropológica com a qual poderia me engajar. Parecia ser o país ideal para desenvolver meu projeto de uma antropologia socialmente engajada. Ora, este meu projeto acadêmico-político não era algo que eu naqueles anos conseguisse explicar bem aos meus colegas brasileiros. Lembro de meu encontro com Maria Isaura Perreira de Queiroz e Olga von Simson na USP, durante minha primeira viagem ao Brasil em 1990. Após um demorada explicação de meu projeto de pesquisa, chamado de *Cor, Classe e Modernidade no Brasil contemporâneo*, Maria Isaura me perguntou porque eu deixaria a Universidade de Amsterdam, onde tinha um contrato, para tentar me instalar no Brasil. Tentei ser detalhista e cuidadoso em minha resposta. Maria Isaura me interrompeu sarcasticamente: “Depois de tantos anos na organizada Holanda agora você, um siciliano, está à procura da bagunça, né”...

---

8 Nesta coletânea de 470 páginas, que em minha formação serviu quase de manual, há um único texto sobre o Brasil de 12 páginas, *Referential ambiguity in the calculus of Brazilian racial identity* de Marvin Harris. Um artigo interessante, mas que de fato definia o Brasil como exceção, por certa intrínseca obsessão lexicográfica que caracterizaria as relações raciais neste país.

## Consolidação: Salvador e Rio de Janeiro



Os termos que, diria, caracterizam a dimensão teórica desta terceira etapa nas minhas atividades acadêmicas são modernidades e globalização.

### **Atividades docentes**

A partir do mês de fevereiro de 1992, logo após a entrega de minha tese de doutorado, até o mês de maio de 1996, recebi uma bolsa do CNPq de Pesquisador Visitante Estrangeiro (Cat. 2ª), o que me permitiu desenvolver pesquisa e atividades acadêmicas na Bahia, que descrevo em outro parágrafo. Sempre no IMES (Institute of Migration and Ethnic Studies), de junho a novembro de 1996, desenvolvi pesquisa e colaborei para a organização de uma rede entre pesquisadores das relações raciais na América Latina na Universidade de Amsterdã, graças a outra bolsa da fundação holandesa WOTRO.

Durante esses primeiros cinco anos na UFBA, fui professor visitante no Mestrado em Sociologia e no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, cursos nos quais ministrei os seguintes cursos: Antropologia da Identidade Étnica e do Nacionalismo (com o professor Michel Agier, no Mestrado em sociologia, segundo semestre de 1992); Antropologia Urbana (com o professor Jeferson Barcelar, Mestrado em Sociologia, segundo semestre de 1994); Antropologia das Subculturas Urbanas e da Globalização (Mestrado em Sociologia, segundo semestre de 1995).

No final de 1996, a convite dos professores Candido Mendes e Carlos Hasenbalg, meu predecessor no cargo, resolvi assumir a direção científica do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Candido Mendes, o principal centro de pesquisa e documentação sobre relações raciais, cultura negra e temas africanos no Brasil e, quiçá, em toda a América Latina. No Rio de Janeiro, em 1997 ministrei a disciplina Antropologia da Cidade e da Globalização no IUPERJ durante um semestre e, a partir de fevereiro de 1998, trabalhei como professor adjunto visitante no Instituto de Ciências Sociais da UERJ, onde ministrei as disciplinas Antropologia das Subculturas Urbanas, Antropologia dos Processos de Identificação étnica (pós-graduação), e Globalização: Segredos e Mentiras (graduação). Ainda na UERJ, no segundo semestre de 1999, junto com a professora Myrian Sepulveda, ministrei a disciplina obrigatória Teoria Social para a pós-graduação. Este último curso, que interessava também aos alunos do recém-lançado programa de Doutorado em Ciências Sociais, almejava a atualização dos alunos a respeito dos principais debates recentes na Sociologia e na Antropologia, como desafios decorrentes da “pós modernidade”, da globalização e da fragmentação das formas convencionais da política. Enfocava os temas da classe social, da identidade étnica e da identidade de gênero. Na UERJ, participei da linha de pesquisa sobre justiça e desigualdade, e organizei alguns eventos, em forma de seminários.

A experiência de ensino, além de ser extremamente positiva e simpática para mim, convenceu-me mais ainda do quanto era importante complementar minha experiência de pesquisa e de coordenação de um instituto com a prática constante do ensino e com o trabalho de equipe em torno do qual verte a prática de ensino. Neste período, minhas atividades de docência versavam sobre um conjunto de temas, abrangendo a antropologia urbana, os estudos étnicos, os estudos dos estilos e das subculturas juvenis, a música popular e as culturas negras, além das consequências da modernidade e do processo de globalização das economias e das culturas, tanto para a realidade urbana, como para as abordagens antropológicas. Nestas disciplinas, sempre enfatizei não só as principais abordagens teóricas da antropologia urbana, das relações raciais e da globalização, utilizando literatura nacional e estrangeira, como também a necessidade de conhecimento de estudos etnográficos e da metodologia da etnografia em um contexto urbano moderno mais especificamente latino-americano.

Na disciplina Antropologia Urbana e/ ou da Globalização, os alunos tinham de realizar, como parte da avaliação, uma prova baseada na prática de etnografia urbana, escolhendo, junto com o professor, um tema e elaborando um simples projeto de pesquisa, realizando observação participante e/ou entrevistas, apresentando, por escrito e oralmente, o material coletado. Muitas vezes, tal monografia tornava-se um capítulo ou o até o eixo principal da própria dissertação de mestrado.

Além das disciplinas convencionais, naqueles anos ministrei, com certa regularidade, dois cursos monográficos de cunho mais abrangente sobre temas e com perspectivas que norteariam minhas atividades docentes até hoje. O primeiro, que ministrei na UERJ, tanto na graduação, como na pós-graduação, chamava-se “O Sistema Atlântico Negro” e objetivava dar uma visão geral da criação de formas culturais geralmente definidas como cultura negra e das relações entre brancos e negros em diferentes países. Enfatizando tanto as especificidades locais como os tratos e o processo de globalização, o curso mantinha uma preocupação em contextualizar o caso das culturas e identidades negras, em particular no mundo afro-latino, no âmbito dos debates científicos mais recentes sobre a relação entre identidade étnica, racialização e modernidade. O curso não podia, nem pretendia, cobrir o inteiro espaço dos ethnic studies, mas almejava introduzir e aprofundar alguns conceitos-chave, assim como estimular o debate sobre a relação entre identidade étnica e modernidade, e sobre o local e o global na criação de identidades étnicas – fatores que poderiam ser sucessivamente detalhados e aprofundados em outros cursos. Os alunos recebiam uma introdução detalhada sobre os clássicos, assim como sobre as obras mais recentes que dizem respeito às culturas negras e às novas formas que a identidade étnica estava assumindo na modernidade tardia em contextos diferentes. Para favorecer a compreensão, em se tratando de sociedades e contextos geralmente pouco conhecidos no Brasil, mas também por achar importante a contextualização e a desconstrução de conceitos relativamente abstratos, e naqueles anos ainda relativamente novos, tais como globalização e cultura negra, dava-se ênfase particular à descrição etnográfica de algumas situações concretas.

A convite do Programa de Pós-Graduação com Mestrado em Ciências Sociais da UFBA no primeiro semestre de 2000, ministrei este curso monográfico, em uma versão mais compacta e intensiva. O curso, ministrado no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, teve um bom número de alunos. Graças também à colaboração dos professores Valdemir Zamparoni e Louis Nicolau, este curso tornou-se um sucesso a tal ponto de inspirar a construção de um programa de especialização em estudos étnicos na UFBA para o qual apresentei um primeiro projeto no final do ano 2000. Tratava-se de um curso que visava institucionalizar os estudos étnicos na UFBA, em torno da interface entre Ciências Sociais e História, e de um diálogo entre estudos afro-brasileiros, estudos das relações entre brancos e indígenas no Nordeste, e história da África.

O segundo curso monográfico visava tornar mais interessante e atual o ensino da disciplina Antropologia Biológica, que era e é obrigatória na graduação em Ciências Sociais na UERJ, mas que não estava sendo ministrada há vários anos. Por meio deste, pretendia detalhar a relação complexa entre morfologia do corpo humano, biologia e

prática antropológica. Em todos os seus módulos, era central a questão de como o determinismo biológico influencia o caminho da antropologia e a construção do objeto de pesquisa dos antropólogos, mesmo depois que, em termos teóricos, as Ciências Sociais terem optado definitivamente pelo determinismo sociocultural. Ao tratar destes desenvolvimentos de uma antropologia que busca o diálogo com as ciências da natureza, o curso tencionava salientar a continuidade tanto quanto as rupturas no tempo, por exemplo, com relação às interpretações centradas no determinismo biológico. A disciplina estava organizada em quatro módulos: Introdução a Evolução Humana; Antropologia e as “Raças”; Antropologia e Medicina; e Antropologia, Genética e os desafios da Sociobiologia. O curso contava com a valiosa colaboração dos professores Jane Russo (IMS), Sérgio Carrara (IMS), Ricardo Ventura Santos (Museu Nacional e Fiocruz) e alguns outros professores do Setor de Antropologia Biologia do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (Jean Boubli, Cláudia Rodrigues Carvalho e Hilton Silva). Além disso, havia a colaboração dos estudantes do curso de pós-graduação em Medicina Social na UERJ. Meu objetivo era ampliar a reflexão teórica sobre as relações raciais por meio de uma análise das formas pela qual o determinismo biológico aparece em diferentes fases e épocas da Antropologia. Este é um tema que tenho retomado mais recentemente desde o meu estágio pós-doutoral sênior na Universidade de Pádua, sobre o qual discorro mais adiante.

No final de minha estada no Rio de Janeiro, a partir do segundo semestre de 2001 até abril de 2002, integrei o corpo docente do recém-criado Mestrado em Criminologia, Direito penal e Processo Penal, coordenado pelo professor Nilo Batista na Universidade Cândido Mendes.

Quero salientar que, embora minha experiência de ensino tenha se dado até aquela época principalmente na pós-graduação, acredito ser da máxima importância ministrar disciplinas regulares assim como (mini) cursos mais experimentais também na graduação. Foi isso o que experimentei no curso sobre globalização que ministrei na graduação em Ciências Sociais da UERJ, no segundo semestre de 1998, e nos cursos de introdução às Ciências Sociais, que ministrei na mesma Universidade em 2000.

Além de ministrar estas disciplinas e cursos monográficos que, de alguma forma, enquadram-se na formação básica de um (bom) curso de graduação ou pós-graduação, durante o primeiro semestre de 1999, a Unicamp proporcionou-me uma oportunidade nova e bastante desafiadora ao me convidar como Pesquisador Visitante, com bolsa FAPESP, para realizar um conjunto de atividades. Ministrei um curso sobre Teorias da Identidade Étnica para os cursos de doutorado em Ciências Sociais e de História. O convite possibilitou-me, também, colaborar e dialogar com os professores destes dois cursos que mais se interessam pelo tema da identidade étnica (Mariza Correa, Robert Slenes, John Monteiro, Sidney Chaloub, Octávio

Ianni e Guita Debert). Também me reuni com estes colegas da Unicamp, visando à criação de uma nova linha de pesquisa interdisciplinar sobre o tema dos estudos étnicos, e de um seminário internacional sobre relações raciais. Durante a minha estada na Unicamp, realizei duas palestras no próprio IFCH, uma delas um debate com a professora Lilia Schwarz, da USP sobre o tema dos estudos das relações raciais e da cultura negra no Brasil de hoje, e proferi uma palestra no ciclo “Sexta-Feira no CEBRAP”, sobre o tema da comparação internacional nos estudos étnicos. Um dos trabalhos apresentados nestas palestras acabou sendo publicado pela revista *Novos Estudos CEBRAP*<sup>9</sup>, e o outro pela revista *Mana*. Na Unicamp, orientei um grupo de quinze alunos interessados no tema das relações inter-étnicas e das migrações, organizando, junto com eles, um ciclo de seminários, que recebeu uma ótima avaliação.

No âmbito do ensino, outra experiência desafiadora foi a organização e a coordenação da Fábrica de Ideias. Este curso avançado e intensivo em estudos étnicos e africanos em nível de pós-graduação foi organizado pela primeira vez durante o mês de julho em 1998 no CEEA com o apoio da fundação MacArthur e da FAPERJ. O curso vem se realizando anualmente até hoje. Descrevo o mesmo, que em breve completará vinte anos, no parágrafo a seguir.

Nunca esquecerei os primeiros dez anos no Brasil, já que foram anos de socialização em um ambiente social novo, cheio de novas emoções e estímulos, como também anos nos quais tive de aprender a transformar a saudade de tudo aquilo que deixei na velha Europa em energia, vontade de vida e de construir algo novo. Nestes anos tive a sorte de poder contribuir, junto com um grupo de motivados colegas, ao desenvolvimento do campo de estudos que chamei de estudos étnico-raciais e ao mesmo tempo colaborar com o estabelecimento de políticas e medidas para o combate as desigualdades de cunho étnico e racial. Com sua relevância evidenciada já na época do governo de Fernando Henrique Cardoso, estas políticas virão ser finalmente efetivadas no governo Lula. Quero salientar que, naqueles primeiros anos, para mim, ser professor e antropólogo correspondia tanto a uma ‘missão’ como a um estilo de vida. Mas não a uma profissão qualquer, porque, na minha experiência, a prática etnográfica produz seus melhores frutos quando o antropólogo entrega-se ao campo em uma relação de troca com seu objetivo de pesquisa que, na última década, muitos colegas gostam de definir como a antropologia ‘diológica’. Este tipo de prática da antropologia configura-se, então, como um estilo de vida tanto atormentado, como beneficiado pelo olhar, pela curiosidade e pelo

---

9 O convite para o Cebap foi feito pelo saudoso Flávio Pierucci, do qual me tornei logo amigo, e também me possibilitou dialogar com Arturo Giannotti – com o qual tive uma franca e cordial longa conversa a partir de opiniões político-acadêmicas distintas.

estranhamento que a etnografia traz, necessariamente, consigo, sobretudo em um mundo no qual as hierarquias e o equilíbrio na relação entre pesquisador e objeto de pesquisa estão sempre colocados em discussão.

### **Experiência em Coordenação de Projetos e Programas**

Minha experiência em termos de coordenação de projetos de pesquisa e formação de uma certa abrangência começou propriamente na UFBA. Fui, durante dois anos, coordenador, junto com o professor Jocélio Teles dos Santos, do programa 'A Cor da Bahia' e, depois, coordenador do projeto integrado de pesquisa, apoiado pelo CNPq, 'Sócio-Antropologia da Música na Bahia' (SAMBA). Sem dúvida, meu mais importante cargo de chefia e coordenação foi na função de diretor científico do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). O Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes era a principal instituição de pesquisa, no Brasil, no campo das relações raciais, cultura negra, e Diáspora Africana. Como também no muito mais incipiente e circunscrito programa A Cor da Bahia, o principal objetivo do CEAA era promover pesquisa, treinar alunos e pesquisadores em estudos africanos e afro-brasileiros, assim como fornecer recursos para pesquisadores, sobretudo negros, e organizações interessados nestes temas. Tratava-se, de fato, de um projeto pioneiro de ação afirmativa. Quando assumi o cargo, três dos pesquisadores juniores do CEAA estavam realizando estudos de doutorado nos EUA. Atenção específica era dada ao treinamento de alunos e pesquisadores negros. Desde sua inauguração, em 1973, o CEAA sempre teve uma função nacional, relacionando-se com pesquisadores e instituições de pesquisa em todo o Brasil. Os vínculos eram especialmente fortes com UFRJ, USP, IUPERJ, Unicamp, UFBA, Fiocruz (Casa de Oswaldo Cruz) e Cebrap. A partir do momento em que assumi o cargo, o CEAA começou trabalhar no sentido de ampliar sua área de ação e se tornar um centro regional para o estudo de relações raciais, cultura negra e identidade étnica na América Latina e outros países do Hemisfério Sul com grande população negra-mestiça.

O CEAA era composto por um Programa Africano e um Programa Afro-Brasileiro. O programa de Estudos Afro-Brasileiros tinha sido consolidado, desde 1986, pelo professor Carlos Hasenbalg e recebia o apoio de várias fundações estrangeiras (sobretudo, Ford, Mellon e MacArthur). Os principais temas de pesquisa eram: a participação da força de trabalho afro-brasileira nos anos de 1980; o ingresso e o rendimento dos negros na universidade; as relações raciais na América Latina em uma perspectiva comparada; e o negro na Polícia Militar no Estado do Rio de Janeiro. Para estimular a pesquisa sobre relações raciais e cultura afro-brasileira, o CEAA patrocinou um concurso anual de pesquisa em âmbito nacional durante dez anos. Este

certame ajudou a criar um novo grupo de pesquisadores trabalhando nesse campo. Cabe lembrar que uma doação da Fundação Ford garantiu a continuação deste concurso durante onze anos, até 2000. Naqueles anos o campo dos estudos das populações afro-brasileiras era muito menor e por isso menos complexo e diversificado que hoje: poucos eram os docentes e pesquisadores relativamente sênior que fossem interessados no tema (entre eles se destacavam, além de Carlos Hasenbalg, Octavio Ianni, Clovis Moura, Peter Fry, Yvone Maggie e, mais tarde, Antonio Sergio Guimaraes), pouquíssimos os pesquisadores negros, muitas escassas as oportunidades para pesquisar o tema. Havia um grande trabalho de indução a se fazer assim como de promoção e estímulo ao desenvolvimento de um primeiro grupo substantivo e ativo de pesquisadores negros. Com a lucidez oriunda dos vinte anos de tempo que se passaram, permito-me dizer que acho que conseguimos muita coisa, certamente se levamos em conta a ausência da Capes e do CNPq no fomento da pesquisa neste campo naqueles anos. Efetivamente, muito devemos ao apoio de fundações estrangeiras, sobretudo norte-americanas, como a Ford, a Rockefeller, a Mellon e a McArthur. Por vários colegas, lembro-me sobretudo das críticas ácidas de Loic Wacquant, foi acusado de manter uma postura “pró-americana” com relação aos estudos das relações raciais no Brasil. Na realidade sei bem que eu e os outros poucos colegas que mencionei, em nosso esforço pioneiro, fomos buscar os recursos no único lugar onde havia, e desenvolvemos com estes recursos um projeto político anti-racista no meio acadêmico da época. Nunca simpatizei com os americanos de forma particular, muito pelo contrário nestas quatro décadas entrei várias vezes em polêmica com colegas e pontos de vista que, ao meu ver, podiam ser identificados com os interesses hegemônicos nos Estados Unidos. A verdade era que precisava dos recursos que as fundações norte-americanas, por vários motivos e por meio de vários e complexos mecanismos, resultado das demandas oriundas das políticas identitárias de cunho racial nos Estados Unidos, colocavam a disposição para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil e, mais especificamente, para projetos anti-racista ou de estímulo à introdução de medidas de ação afirmativa.

O CEAA publicava uma das mais prestigiadas revistas acadêmicas da área no Brasil, a Estudos Afro-Asiáticos. A revista, da qual me tornei editor a partir do primeiro de janeiro de 2001 e que se beneficiava do programa de apoio a publicações de apoio a publicações científicas do CNPq, publicava textos de acadêmicos do Brasil e do exterior, principalmente nas disciplinas de História, Sociologia e Antropologia, sobre os temas das relações raciais e da cultura afro-brasileira. Avaliada como sendo de nível A1 pelo comitê das ciências sociais da Capes, começou ser publicada três vezes por ano a partir de janeiro de 2002.

O CEAA era também o principal centro de documentação do Brasil sobre os tópicos afro-brasileiros. A biblioteca, que era aberta ao público e acessível eletronicamente, era muito bem frequentada por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, bem como por ativistas e simpatizantes do movimento negro. Seu acervo possuía uma das coleções mais completas sobre relações raciais, com mais de nove mil volumes, entre livros, periódicos, teses de mestrado, dissertações de doutorado e outras publicações. Além disso, um arquivo documental registrava a vida e a história da comunidade afro-brasileira e de seus movimentos sociais no Brasil desde os anos 1970. Em maio de 1997, o CEAA começou a produzir quinzenalmente o boletim eletrônico *Afronticias*, com informes sobre conferências, seminários, doações, oportunidades de trabalho, eventos e debates. A versão impressa de *Afronticias*, nos anos em que eu lá trabalhei, era distribuída gratuitamente para cerca de 500 assinantes no Brasil e no exterior. As fontes financeiras do CEAA vinham se diversificando: nos últimos dois anos de minha gestão, o centro recebeu o apoio financeiro das fundações Ford, MacArthur, SEPHIS, do CNPq e da FAPERJ.

Uma atividade pioneira do CEAA foi a organização da 'Fábrica de Ideias', um curso avançado sobre relações raciais e cultura negra, inicialmente com ênfase particular nos temas da saúde reprodutiva, relações de gênero e sexualidade. Tratava-se de um curso intensivo, com carga horária de 40 horas semanais, ministrado por professores de reconhecida excelência, de vários países. Na primeira edição, realizada em 1998, os docentes foram os professores Hans Vermeulen, Peter Wade, Ramon Grosfoguel, Michel Agier, Elza Berquó, Sérgio Carrara, Flávio Gomes, Gilberto Hochman, Fernando Rosa Ribeiro, Marcos Chor Maio e Olivia Gomes. Nos anos 2000 e 2001, tivemos, entre outros, os professores Jean Rahier (Florida International University), Michael Hanchard (Northwestern University), Paul Gilroy (Yale University), Stephen Small (UC Berkeley), Eduardo Silva (Casa de Rui Barbosa), Simone Maio (Casa de Oswaldo Cruz) e Giralda Seyferth (Museu Nacional). O objetivo desta atividade era proporcionar aos estudantes, em particular estudantes negros de todo o Brasil, a oportunidade de estar em contato com especialistas do Brasil e do exterior. Outra meta era a formação de uma rede nacional e regional para a pesquisa sobre relações raciais e cultura negra na América Latina. Neste sentido, o curso começou captar recursos para que se tornasse autenticamente regional. No ano de 2001, tivemos, além de alunos brasileiros, alunos da Colômbia, Cuba e Senegal. A importância de tal iniciativa foi logo enfatizada pela Fundação Palmares e por muitos pesquisadores e colaboradores de instituições tais como Cebrap, ISER, UFBA, Unicamp e USP. O lema do projeto era excelência com inclusão - de fato, tratava-se do primeiro projeto de ação afirmativa em nível de pós-graduação no Brasil.

Minhas atividades como vice-diretor do CEEA articulavam-se em seis áreas distintas, porém relacionadas entre si: pesquisa, publicação e documentação, formação e orientação, intercâmbio e internacionalização, desenvolvimento de novos projetos e captação de recursos. Esta foi uma experiência profissional bastante abrangente e gratificante. A partir do CEEA, e continuando as atividades desenvolvidas por Carlos Hasenbalg, trabalhei no sentido de tentar colocar o estudo das relações raciais e da cultura afro-brasileira no bojo das Ciências Sociais no Brasil, criando condições para que se desenvolvesse um debate interdisciplinar, sobretudo entre Ciências Sociais e História. Também me esforcei para aumentar o diálogo entre a tradição de pesquisa sobre as relações entre brancos e negros e os campos de pesquisa associados ao pensamento social brasileiro e as identidades indígenas. Tentei realizar este tipo de intercâmbio entre áreas e disciplinas diferentes não somente por meio do meu trabalho no CEEA, mas também por meio das minhas atividades de coordenação do Grupo de trabalho sobre relações étnicas e raciais da Anpocs e das atividades de construção de redes entre pesquisadores interessados nos estudos étnicos em geral, no Brasil, no contexto latino-americano e junto aos países do hemisfério norte. Neste sentido, existia um continuum entre minhas atividades no CEEA e na Anpocs e as experiências de docência na UFBA, IUPERJ, UERJ e Unicamp.

Por fim, de julho de 2001 até 2009, coordenei no Brasil o Summer School do departamento de estudos Afro-Americanos da Universidade da Califórnia em Berkeley. O curso, com duração de quatro semanas, foi ministrado em inglês e direcionado para alunos de graduação. As aulas aconteceram no Rio de Janeiro, mas os alunos passaram também quatro dias na Bahia, onde o professor Jocélio dos Santos coordenou a programação que contou com palestras dos professores João Reis, Cecília McCallum e Carlos Etchevarne e com a gentil colaboração do CEAO. Esta primeira sessão da Summer School foi avaliada positivamente pela reitoria da UC Berkeley que o tornou uma atividade regular a partir de 2002.

### **Organização de eventos acadêmicos**

Na universidade de Amsterdã, contribuí para a organização de uma série de seminários e eventos. A organização do principal destes eventos começou na primeira conferência da associação europeia de antropologia em Coimbra, a partir de um pedido meu para que esta associação organizasse uma conferência sobre o tema da identidade étnica. No mês de dezembro de 1993, ocorreu em Amsterdã a conferência internacional “The Anthropology of Ethnicity”. Fiz parte do comitê organizador que conseguiu a participação de alguns importantes intelectuais como Anthony Cohen e Frederik Barth além de um bom número de participantes. A conferência resultou em

três coletâneas de trabalhos selecionados. Meu artigo ‘The emergence of the politics of black identity in Bahia, Brazil’, foi publicado em Hans Vermeulen & Cora Govers (eds), *The Politics of ethnic Consciousness* (London /New York: MacMillan & St. Martin Press, 1997). O objetivo da conferência era a ampliação do debate sobre identidade étnica dentro da antropologia, em particular de um novo caminho que combinasse as preocupações construtivas das teorias da identidade étnicas influenciadas pelo transacionismo, que foram avaliadas em debates com os próprios Barth e A. P. Cohen. Segundo a abordagem transacionista, tais identidades são substancialmente produtos de escolhas racionais, com a necessidade de uma maior atenção por parte da história das tradições étnicas e raciais de um contexto específico.

No Brasil, desde cedo me integrei à Associação Brasileira de Antropologia e participei dos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, participando no GT que diz respeito a estudos étnicos e depois os organizando. Assim, coordenei o GT sobre identidade étnica e relações raciais no encontro da ABA de Niterói e de Salvador e o GT sobre os mesmos temas no encontro da Anpocs de 1995 a 2004, os primeiros dois anos junto com a professora Giralda Seyferth do Museu Nacional (UFRJ) e os últimos dois anos junto com Márcia Lima, doutoranda do IFCS-UFRJ. Também organizei a mesa “O olhar estrangeiro” composta por mim, Michel Hanchard, Reid Andrews e Anany Dzidzenyo no V Congresso Afro brasileiro em Salvador em 1997, e a mesa “Social Mobility and Ethnicity in Latin America”, no encontro da Latin American Studies Association de 1998 em Chicago. Em dezembro de 1998, organizei a mesa “Contar a Cor”, no âmbito do seminário internacional sobre metodologias organizado pelo PPCS da UERJ. Esta mesa contava com a participação de Simon Schwartzman (diretor do IBGE), Angela Figueredo (na época, doutoranda do Iuperj) e Edward Telles (Fundação Ford). No mês de outubro de 1999, organizei, junto com Myrian Sepúlveda, o I seminário Afro-Carioca na UERJ, que contou com uma ótima programação e uma boa participação de público – pelo que eu sei, foi a primeira vez que se usou o termo afro-carioca. Finalmente, no encontro da ABA de 2000 em Brasília coordenei o GT “Simpática Antropologia”, que teve uma grande participação de público, cujo tema era a pesquisa entre pessoas ou grupos com os quais os antropólogos tradicionalmente pouco tinham conseguido estabelecer algum tipo de empatia, como as elites, os oficiais da polícia militar, grupos racistas ou os pastores das igrejas pentecostais. Em seguida organizei uma mesa sobre construção da identidade étnica no encontro de Anpocs de 2000, o GT sobre relações inter-étnicas e raciais (junto com Jocélio Teles dos Santos) no encontro dos cientistas sociais do norte-nordeste em Salvador

em 2001 e coordenei, sempre junto com Jocélio Teles dos Santos, o GT sobre “Antropólogos, intelectuais, lideranças étnicas e as políticas da identidade”, no encontro da ABA de 2002.

Todos estes eventos visam estabelecer uma sinergia entre pesquisadores que enfocam o tema das relações raciais e aqueles que enfocam o processo identitário entre indígenas e descendentes de imigrantes no Brasil, assim como refletir sobre a relação entre antropólogos e construção das identidades. Com base das comunicações apresentadas nestes eventos, publiquei uma série de artigos e ensaios.

A partir da minha função de coordenador do programa Afro-Brasil do CEAA e também por conta dos contatos consolidados durante a minha estada de doze anos na Holanda, fui escolhido pela fundação holandesa SEPHIS como assessor para o Brasil. Esta fundação visava fortalecer o intercâmbio Sul-Sul entre historiadores e cientistas sociais. Tive a honra de poder indicar para bolsas desta fundação pesquisadores de alto nível como Fernando Rosa Ribeiro, John Montero e João Reis. Meu projeto era fazer com que pesquisadores brasileiros pudessem ser conhecidos e eles próprios viessem a fazer pesquisa em outros contextos. Conhecer e compreender a realidade, por exemplo, em termos de relações inter-étnicas, de países como a Indonésia, Índia e o México ou outros contextos afro-latinos podia ser quicá mais necessário do que mais uma vez propor uma comparação com os Estados Unidos. Em muitos destes países, ademais, existia naqueles anos certa curiosidade pela forma com a qual o Brasil vinha construindo as relações raciais e interpretando sua inserção na modernidade tardia.

Em novembro de 1999, a convite do SEPHIS, proferi durante um mês um amplo ciclo de conferências no Senegal, Benin e África do Sul com o objetivo de construir projetos de intercâmbio com o Brasil. Nessa ocasião, articulei minha “apresentação do Brasil” em torno de duas vertentes: um quadro geral da antropologia urbana no Brasil e um quadro geral dos estudos sobre cultura negra e relações raciais no Brasil. Neste sentido, era explicativo o título de uma das minhas conferências, “De África a Afro. Um século de uso e abuso da África pelas elites e pelas classes populares no Brasil”. O convite de SEPHIS estava relacionado a um projeto que preparei junto com o professor Fernando Rosa Ribeiro e que encaminhei à Fundação Ford e a SEPHIS para que fosse constituído um programa de intercâmbio de pesquisadores do Brasil e da África do Sul. O projeto recebeu a aprovação de ambas as fundações sendo este ciclo de palestras sua primeira fase. A fase sucessiva foi a preparação de ciclos de conferências para professores africanos pelo Brasil e por outros países da América Latina. Para tanto, organizei a vinda de Boubacar Barry (Universidade C. A. Diopp, Dakar), Elisée Soumonni (Universidade Nacional de Benin) e Ciraj Rassool (University of Western Cape), professores que, em um intervalo de seis meses a partir de

novembro de 2000, deram conferências em uma série de universidades. A UFBA – mais especificamente o CEAO e o programa ‘A Cor da Bahia’ – foi uma importante etapa nestas conferências. O entusiasmo com o qual as universidades brasileiras (e logo também cubanas) colaboraram ao estabelecer uma rede de intercâmbio com universidades e pesquisadores africanos mostrou rapidamente a possibilidade de um grande crescimento dos intercâmbios acadêmicos Sul-Sul.

Sempre no sentido de estimular os intercâmbios Sul-Sul e de aprimorar a metodologia da comparação entre sistemas étnico-raciais e estilos coloniais de países e regiões diferentes, resolvi planejar um colóquio Sul-Sul que, graças à colaboração com os professores Boubacar Barry e Elisée Soumonni, foi realizado no mês de novembro de 2002 em Gorée, Senegal. O título do colóquio era “A construção transatlântica das noções de ‘raça’, cultura negra, negritude e antirracismo: rumo a um novo diálogo entre pesquisadores na África, América Latina e Caribe”. Dele participaram mais de 30 pesquisadores, cerca de 20 dele oriundos do Brasil. As atas do colóquio forma publicadas, em formato de livro em inglês em 2005 e em francês em 2007. O objetivo de nosso colóquio foi duplo. Primeiro, analisar criticamente o estudo dos fluxos e refluxos e da agenda de pesquisadores centrais em seus respectivos campos de estudos acadêmicos, por exemplo, Richard Price, John Thornton, Paul Gilroy e Lorand Matory. Em segundo lugar, nosso objetivo era desenvolver uma nova agenda de pesquisa baseada em ligações estabelecidas ao intercâmbio Sul-Sul, definindo um conjunto de pontos-chave para a construção transatlântica de projetos de pesquisa conjuntos no âmbito da relação Sul-Sul. Neste sentido, o colóquio avaliou as redes já existentes e tentou estabelecer novas redes, ou, melhor dizendo, uma rede de redes. O colóquio reuniu pesquisadores baseados na África e na América Latina, especialmente Brasil e Cuba. Eles vieram de países com diferentes tradições e linguagens coloniais. O evento, financiado pelo Saphis Program, foi interdisciplinar e reuniu historiadores, antropólogos, museólogos e outros pesquisadores seniores e juniores.

De fato, minhas atividades de coordenação do CEAA, junto com as atividades em parceria com IUPERJ, UNICAMP e UERJ, permitiram-me uma boa inserção no meio acadêmico carioca e, mais em geral, do Sudeste, assim como reforçaram meus contatos com as agências financiadoras, tanto nacionais como as estrangeiras, e, mais ainda, os contatos com professores estrangeiros. Por exemplo, para o curso Fábrica de Ideias, cujas primeiras quatro sessões realizaram-se no CEAA, recebi o apoio da fundação MacArthur e da FAPERJ e tive a oportunidade de convidar, entre outros, os professores estrangeiros Ramon Grosfoguel (Boston College), Peter Wade (University of Manchester), Hans Vermeulen (Universiteit van Amsterdam) e Michel Agier (ORSTOM/CNRS).

De março de 2001 até finais de 2002, desenvolvi atividades de assessoria para o programa “Políticas de Cor no Ensino Superior” que foi instalado no Laboratório de Políticas Públicas da UERJ graças a uma doação generosa da Fundação Ford. Este Programa, que idealizei junto com Nigel Brooke, representante no Brasil da Fundação Ford, refletia o coroamento de um projeto amadurecido durante estes anos de atividade na universidade brasileira: tratava-se de criar condições por meio das quais a necessidade de manter excelência acadêmica pudesse andar junto com o imperativo da melhora da ‘justiça acadêmica’ – a abertura das universidades para números maiores de negros e de oriundos de famílias carentes. O laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/UERJ) e a fundação Ford organizaram, neste sentido, o Concurso Nacional ‘Cor no Ensino Superior’ que se. O mesmo destinava-se à seleção e ao financiamento da proposta e projetos promotores de ações, programas e iniciativas que visavam ampliar as condições de acesso e/ou permanência na universidade de alunos negros e de baixa renda, além de projetos que promovessem o aumento das probabilidades de esses alunos completarem o curso universitário. Em suma, o concurso pretendia estimular experiências existentes, bem como fomentar a criação de novas iniciativas destinadas a promover ações democratizadoras que estimulem políticas institucionais e/ou governamentais orientadas ao combate das desigualdades étnico-raciais e sociais no ensino superior brasileiro. Pretendia-se, ainda, mapear e contemplar, através das dotações oferecidas, a pluralidade e a diversidade de iniciativas existentes e/ou propostas nesta área.

### **Outros concursos**

No mês de setembro de 1998, participei, em Roma, do Concurso Nacional para nove vagas de Professor Adjunto no conjunto das universidades públicas italianas. Concorrendo com mais de noventa candidatos, com idade média de cerca de cinquenta anos, cheguei a me qualificar para o último exame de seleção – para o qual se qualificaram somente dezenove candidatos. Fui informado de que fiz uma ótima prova, sendo penalizado pelo fato de morar há mais de vinte anos no exterior e não dispor de fortes contatos dentro do meio acadêmico italiano – um meio que é, no que diz respeito à Antropologia, muito restrito. No mês de setembro de 1999, fui aprovado no concurso para Professor Titular de Teoria Antropológica na UFBA, com pontuação 8,75, mas a vaga ficou com o bem mais sênior colega Luis Mott.

## Experiência e Interesses em termo de pesquisa

Minha experiência de pesquisa no Brasil começou justamente na Bahia, onde estive pela primeira vez em 1990, durante uma viagem pelo Brasil que tinha como objetivo definir o campo para da minha pesquisa. Durante dois meses, dei palestras no Rio de Janeiro (Centro de Estudos Afro-Asiaticos/CEAA e IFCS-UF RJ), Salvador (CRH) e Recife (Mestrado em Sociologia e Antropologia da UFPE e fundação Joaquim Nabuco). Nesse mesmo período, durante três semanas, consegui até mesmo fazer algumas entrevistas em Camaçari, e na Cidade Baixa, em Salvador, sobre o cotidiano das relações raciais. Posteriormente, retomei a pesquisa nestas mesmas áreas e aprofundi a abordagem do tema. Esta viagem resultou em três convites para ser professor visitante: na UERJ, na UFPE e na UFBA. Inicialmente, pensei em instalar-me no Recife, simplesmente porque se trata de uma cidade onde há relativamente pouca pesquisa sobre relações raciais <sup>10</sup>.

Logo me dei conta de que seria importante integrar-me ao programa de pesquisa e formação sobre relações raciais na Bahia – “Classes, etnias e mudanças sociais”, posteriormente denominados ‘A Cor da Bahia’. Tratava-se de um programa associado ao Mestrado em Sociologia da UFBA e que, naqueles anos, era coordenado pelo Professor Michel Agier, do ORSTOM. O Programa recebia, e ainda recebe, apoio da fundação Ford e, em menor medida, do CNPq. No final de 1991, recebi do CNPq uma bolsa de pesquisador visitante, graças a um convite dos professores Michel Agier, Nadia Castro e Antônio Sérgio Guimarães, ficando quatro anos associado ao projeto ‘A Cor da Bahia’. Logo após o retorno à França do meu amigo professor Agier, assumi a coordenação do Programa, primeiro sozinho, depois com o professor Jocélio Teles dos Santos. Este compromisso com a pesquisa e o ensino na Bahia – com o Programa ‘A Cor da Bahia’ – acabou mudando o rumo de minha vida pessoal e acadêmica.

---

10 Um outro motivo pelo qual eu escolhi a Bahia em lugar dos planejados Pernambuco ou Ceará, se deve ao contato que tive com padre Paolo Tonucci - pároco de Camaçari (BA), inspirador da Comissão Justiça de Paz da Bahia e grande figura - para o qual escrevi desde Amsterdam, pedindo informações e sugestões para minha pesquisa. Ele me respondeu logo sugerindo que realizasse minha pesquisa em Camaçari, onde a instalação do Pólo Petroquímico tinha contribuído à transformação de um vilarejo em um município com quase duzentos mil habitantes e muita miséria. Quando perguntei se Camaçari fosse perto de Recife, padre Paolo candidamente mentiu, dizendo que ficava pertinho. Ele queria muito atrair pesquisadores para sua realidade. Hospedei-me seis meses na biblioteca da Casa Paroquial. Ele e a Delia, ativa na mesma Casa, ajudaram muito em minha pesquisa e eu aprendi muito com a dedicação deles com ao povo, não somente aos paroquianos. Ficamos amigos.

As pesquisas que realizei na Bahia, detalhadamente na Cidade Baixa de Salvador e em Camaçari, no período de 1992 a 1996, tiveram como eixo comum o cotidiano das relações raciais e a diferença geracional, a relação entre processo de globalização e estratégias de sobrevivência entre negros mestiços. Do mesmo modo, tentei entender a relação entre o desenvolvimento de uma nova cultura e identidade negra e a organização das trajetórias de vida, principalmente, as estratégias de sobrevivência. A pesquisa ressaltou as diversas formas de vivenciar a cultura negra e a negritude, evidenciando um contexto determinado por diferenças geracionais, uma crescente internacionalização dos horizontes culturais nas novas gerações e um processo conjunto de secularização e des-hierarquização das relações sociais e raciais na Região Metropolitana de Salvador. Tudo isso se associava ao aumento da demanda por cidadania e direitos entre os jovens negros-mestiços de classe baixa e a um desenvolvimento na terminologia da cor que estava levando à crescente popularização do termo negro. Sobre isso publiquei, uma série de artigos, entre outros, “Pai Preto, Filho Negro”, no no 26 da revista Estudos Afro-Asiáticos; “O Local e o Global na cultura afro-baiana”, no no 29 da Revista Brasileira de Ciências Sociais; “Nem sempre Preto ou Negro. O sistema de classificação racial no Brasil que muda”, no 18 da revista Afro-Ásia; e “The New Blacks from Bahia local and global in Afro-Bahia”, no 3 da revista norte-americana Identities.

Em 1995, interrompi a minha estada na Bahia para atender a um convite para colaborar durante dois meses com o projeto Rockefeller instalado no IFCS/UFRJ, coordenado pelos professores Yvone Maggie e Peter Fry. Aproveitei para realizar uma breve, mas intensa pesquisa na favela do Cantagalo na cidade do Rio de Janeiro. Lá, desenvolvi uma pesquisa de campo similar, na prática de observação participante, àquela realizada na Bahia, e a mesma revelou que os discursos nativos sobre as relações raciais eram parecidos com aqueles identificados na Bahia, sendo que no Rio há uma menor ênfase nas origens africanas da cultura negra e o cotidiano é marcado pela forte presença do narcotráfico, algo impensável na Bahia daqueles dias. O relatório final foi apresentado em uma conferência no próprio IFCS e foi publicado em uma coletânea organizada por Cláudia Rezende e Yvone Maggie.

As pesquisas realizadas no âmbito do projeto integrado de pesquisa UFBA/CNPQ “SAMBA – Sócio Antropologia da Música na Bahia” abordaram apenas uma parte destes temas para aprofundar outros aspectos das relações raciais, como a produção musical tida como negra ou o consumo de música pelas jovens gerações de negros-mestiços na Região Metropolitana de Salvador. O projeto surgiu em janeiro de 1995, a partir da institucionalização de um grupo de estudo que eu tinha formado com cinco mestrandos, três doutorandos e quatro bolsistas de iniciação científica e aperfeiçoamento orientandos meus que pesquisavam algum aspecto relacionado à

música, embora na maioria dos casos informalmente. O projeto recebeu um financiamento do CNPQ (material de consumo, duas bolsas de iniciação científica, uma bolsa de apoio técnico e uma bolsa de aperfeiçoamento) e instalou-se no Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, mas mantendo uma associação com o programa 'A Cor da Bahia' do mestrado em ciências sociais da UFBA.

O SAMBA tornou-se um núcleo interdisciplinar de estudos socioantropológicos da grande variedade de estilos do universo musical baiano, incluindo a área metropolitana, o recôncavo e o resto do Estado. Em primeiro lugar, foi levantado tudo que foi publicado sobre estes temas, criando-se uma rede que associava todos os interessados e as pesquisas em curso, tentando evitar sobreposições e visando à criação de um quadro geral de conhecimento dos fenômenos musicais na Bahia, tanto daqueles populares e "vulgares" quanto daqueles mais sofisticados e até eruditos. A criação de um catálogo central informatizado das publicações era um dos principais objetivos do projeto. Os temas gerais que foram tratados, especialmente nas pesquisas e nos momentos de debates coletivos, eram: a) história social dos fenômenos musicais; b) a produção de música: as trajetórias profissionais dos músicos; c) a relação entre mídia, produção e fruição de música; d) a fruição de música: como se forma um gosto e um público; e) o impacto da música na cidade, nas relações raciais e na vivência do lazer; f) o processo de reinterpretação da música africana; e g) a etnometodologia dos diferentes gêneros musicais na Bahia.

O SAMBA, cuja coordenação foi transferida para a professora da escola de música Angela Lhuning quando me mudei para o Rio de Janeiro, foi, durante, pelo menos, dois anos, um dos principais grupos de estudo nas ciências sociais da Bahia que se apresentou para um público mais amplo, organizando um ciclo de palestras quinzenais no ICBA e publicando o livro *Ritmos em trânsito, sócio-antropologia da música baiana*, que organizei com Jocélio Teles dos Santos e que representa a primeira coletânea sobre a música pop e popular na Bahia. A quase totalidade do livro foi publicada em inglês em 2001, dentro de um livro maior por Charles Perrone e Chris Dunn, *Brazilian popular Music and Globalization* (Gainesville, University of Florida Press).

Minha pesquisa "O negro na polícia militar fluminense: ascensão social e relações raciais dentro de uma das principais empregadoras do estado do Rio de Janeiro", desenvolvida entre 1998 e 1999, mantinha a preocupação com o cotidiano das relações raciais, embora, desta vez, dentro de uma instituição com regras internas muito elaboradas como considero as da corporação da PM. Tencionava pesquisar, desde uma perspectiva tanto qualitativa como quantitativa, o funcionamento da máquina da corporação PM, priorizando dois aspectos aparentemente contraditórios que em seu conjunto podem nos ajudar a melhor compreender como funciona a máquina policial fluminense. Por um lado, os policiais, em grande parte negro-mestiços, tratavam

os negros, em particular quando pobres, de forma diferente dos não-negros. Em um duplo movimento, a PM refletia e contribuía para o racismo da sociedade brasileira. Por outro lado, ser policial militar da PM era tradicionalmente um importante veículo de ascensão social para um número expressivo de negros cariocas.

De fato, a corporação com cerca de 47 mil pessoas em seus quadros incluindo o pessoal da reserva, configurava-se como uma das principais empregadoras do estado do Rio de Janeiro. A PM, assim como outros setores do emprego público, talvez graças à sua hierarquia militar e aos seus critérios universais no que diz respeito aos avanços de carreira, parecia ter oferecido aos negros mais chances importantes de ascensão social do que o setor privado do mercado de trabalho. Assim queria entender como funcionava a ascensão social do negro na PM, os problemas que se davam neste processo e qual a relevância e o papel da cor dentro da PM. Também me interessava pesquisar as relações raciais na PM e forma pela qual a corporação se relacionava com diferentes tipos de cor na sociedade.

A metodologia de pesquisa consistia de três fases. Com a devida autorização da chefia da PM, utilizei, em primeiro lugar, todo o material estatístico existente nos batalhões (fichas, cadastros etc.) e no Centro de Processamento de dados da PM. Na segunda fase, levantei dados por meio de questionários em três batalhões, localizados em áreas com características socioeconômicas diferentes. Após consultar a chefia da PM, escolhi os Batalhões de Copacabana, Niterói e o Batalhão Turístico por atenderem populações diferentes em termos sociais, raciais e com graus de urbanização diversos. Na terceira fase da pesquisa, selecionei, por meio de questionário, em torno de cem policiais negros com posições e tarefas diferentes para entrevistá-los em profundidade. Para tentar reconstruir suas histórias de vida, coletei, juntamente com as entrevistas, uma série de depoimentos por meio dos quais cada polícia se auto-apresentava em um vídeo de trinta minutos.

“Por negro”, entendia-se aqueles que seriam definidos com termos como pretos, mulatos escuros, escuros ou negros. A chefia da PM autorizou a realização desta pesquisa e nos garantiu o apoio necessário para o seu pleno desenvolvimento. Tratou-se de uma experiência pioneira, tanto pelo fato de que, até então, nunca se tinha pesquisado de forma sistemática o negro dentro desta corporação nem o papel das relações raciais na cultura da PM fluminense, quanto devido ao fato de este estudo se constituir como uma das primeiras pesquisas antropológicas sobre a PM fluminense.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa representava, pelo menos pra mim, uma autêntica novidade no sentido de me obrigar a lidar, desta vez, com entrevistados com os quais foi difícil estabelecer algum tipo de empatia pelo fato de apresentarem, em sua maioria, traços de personalidade que a maioria dos antropólogos consideraria extremamente autoritária. Sobre esta dificuldade focou meu artigo, resultado

da pesquisa, publicado em uma coletânea em inglês pela editora da Universidade de Amsterdã, e em português pela revista Estudos Afro-Asiáticos.

O fato de eu ser orientador de Jorge da Silva, coronel da reserva da PM, e autor de publicações importantes a respeito no doutorado de Ciências Sociais da UERJ foi importante para o projeto. Além disso, embora o projeto fosse centrado no Estado do Rio de Janeiro, a pesquisa caracterizava-se também por uma linha comparativa, pois na Bahia eu havia orientado dois alunos do mestrado em Ciências Sociais da UFBA, um dos quais ex-capitão da PM baiana, que tinham realizado pesquisa sobre temas afins, mas com um levantamento menos abrangente. Dessa forma, foi possível comparar a PM fluminense com outra corporação em termos de composição racial, história, enraizamento na sociedade e tipo de criminalidade com a qual lida – na Bahia o crime era, em geral, menos organizado, e a PM baiana foi pioneira em realizar cursos e debates sobre o tema das relações raciais dentro da PM, bem como sobre a relação entre a PM e os negros. Para a realização desta pesquisa, recebi um financiamento da Fundação Ford e do programa Pronex – no âmbito de um projeto integrado de pesquisa sobre violência coordenado pela professora Alba Zaluar, ao qual a minha pesquisa estava associada.

40

Resumindo, até 2002, os pontos mais relevantes da minha vida acadêmica foram minhas pesquisas dentro do Institute for Migration and Ethnic Studies da Universidade de Amsterdã, a coordenação do programa ‘A Cor da Bahia’, e do projeto integrado de pesquisa Sócio-Antropológica da Música na Bahia, na UFBA, e a direção científica do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da UCAM – mais detalhadamente a organização do curso de excelência Fábrica de Ideias, e a organização de uma rede que liga centros e pesquisadores de diferentes países das Américas, da África e da Europa, interessados no estudo das relações étnicas e raciais. Toda a minha pesquisa centrava-se em torno do tema da identidade étnica, assim como minha atividade docente de promoção de eventos acadêmicos e de organização de cursos tinha como objetivo principal a institucionalização do ensino e da pesquisa sobre estes temas no Brasil a partir da contribuição específica que a antropologia pode dar a este processo.

O período entre a defesa de meu doutorado (1992) e minha volta para a Bahia (2002) caracterizou-se por uma mudança de ênfase na pesquisa dos *leisure studies* e *cultural studies* – como os estudos das subculturas urbanas mais espetaculares – para *ethnic studies* e, depois, para os desafios embutidos na relação entre modernização/globalização e Antropologia. Tratou-se de uma mudança que resultava tanto de um amadurecimento acadêmico, quanto da modificação da curiosidade que acompanha a transição para a vida adulta. Embora ainda me interessasse pelos fenômenos da música popular, da cultura juvenil e do consumo de massa, por volta de 2001-2 estes questionamentos inseriam-se dentro de uma perspectiva mais ampla, na qual

procurava relacioná-los às novas formas de segmentação e distinção, e o surgimento de novas identidades sociais. Buscava compreender as consequências da modernidade tardia e da globalização na forma pela qual os grupos subalternos constroem suas identidades e estratégias de sobrevivência nas periferias do mundo globalizado.

Assim, se na minha pesquisa de mestrado e, de alguma forma, na de doutorado, investi tempo e energia nos estudos dos estilos e das formas culturais mais visíveis e até espetaculares entre jovens, nas minhas pesquisas mais recentes, a partir de 1992, sentia crescer uma curiosidade pelos aspectos da vida moderna e da identidade étnica que menos facilmente se tornam alvo da mídia, pelos aspectos que mostram maior tenacidade local, continuidade com o passado e ligações com o habitus da classe e o habitus etno-racial.

A escolha dos temas de pesquisa estava também associada a cidades, contextos e línguas diferentes. Minha pesquisa de campo para o mestrado foi realizada em Londres; a de doutorado, em Amsterdã; depois, fiz pesquisa sobre a condição juvenil na Toscana rural e entre jovens artistas de diferentes países do Mediterrâneo; acompanhei, primeiro em Amsterdã, e depois em Paramaribo (Suriname), o impacto da globalização sobre as estratégias migratórias e o surgimento de uma comunidade transnacional; pesquisei as relações raciais brasileiras primeiro em um bairro de Salvador, depois em Camaçari (BA) e, em uma pesquisa mais limitada na pequena cidade de Santo Antônio de Jesus (distante 100 km de Salvador), meu objetivo foi o de compreender até que ponto Salvador é diferente ou explicita tendências comuns a outras áreas da Bahia. No Rio de Janeiro, realizei um trabalho de campo na favela do Cantagalo e, mais tarde, pesquisei sobre relações raciais, na Polícia Militar do Estado. Esta experiência em países e cidades diferentes foi bastante enriquecedora, ajudando-me a elaborar uma perspectiva mais abrangente sobre as relações negros/não negros e a questionar categorias e os discursos naturalizantes em torno de noções como cultura negra, música negra ou família negra que precisam ser problematizadas e contextualizadas pelas Ciências Sociais.

### **Projetos de Pesquisa**

Em termos de projetos acadêmicos, propunha-me, por volta de 2001, um ano que se tornou inesquecível pelo ataque as Torres Gêmeas, dois objetivos. Primeiro, manter um diálogo intenso com os paradigmas hegemônicos nos estudos étnicos. Evidentemente, pretendia continuar minha pesquisa, se possível dentro de uma equipe, sobre os temas que vinha acompanhando há anos na Inglaterra, na Holanda e no Suriname, e, nos últimos anos, no Brasil. Segundo, tencionava contribuir para a criação de um núcleo de excelência para a pesquisa sobre os temas da identidade

étnica, das relações raciais e da cultura negra. Para que isso se realizasse, era preciso montar uma rede, aliás, continuar o meu trabalho de rede, que muito se beneficiava da minha função no CEAA e dos contatos nacionais e internacionais construídos no Rio de Janeiro. Obviamente, também precisava me afinar com os pesquisadores destes temas na UFBA e, eventualmente, em outras instituições no Estado da Bahia. Com muitos deles tinha mantido contatos a partir da minha função de vice-diretor científico do CEAA.

Para o médio prazo, dispunha de um desejo, mais do que um projeto como tal. Tratava-se de realizar uma pesquisa de grande porte na Bahia, que fundamentasse empiricamente minha releitura da antropologia da identidade étnica e das culturas negras. O projeto que tinha em mente chamava-se “O projeto UNESCO na Bahia: uma volta crítica ao campo 50 anos depois”. Tratava-se de um projeto integrado de pesquisa e formação de pesquisadores, de caráter interdisciplinar, em História e Antropologia.

42

O primeiro objetivo era reconstruir a história do projeto UNESCO na Bahia, sua organização e lugar institucional na academia e no Estado, suas pesquisas de campo no interior e na cidade de Salvador. Com efeito, as importantes reconstruções historiográficas deste projeto UNESCO, realizadas por Verena Stolke e Marcos Chor Maio, deixavam substancialmente de lado suas relevantes articulações na Bahia. Já o segundo objetivo era repetir aquele tipo de pesquisa, minucioso, o estudo de comunidade, somente possível graças a uma equipe forte e entusiasta, atualizando sua metodologia e sua interpretação daquela que hoje seria uma comunidade quando necessário. Um dos objetivos teria sido avaliar como e o que mudou na Bahia, no decorrer das últimas quatro ou cinco décadas, em termos de relações sociais e raciais – os efeitos da modernização industrialização, democratização e, em época mais recente, globalização. A pesquisa devia contemplar a cidade de Salvador, onde Thales de Azevedo pesquisou as elites de cor em 1950-52, e os municípios do interior baianos interessados pelo projeto coordenado por Charles Wagley que resultou na publicação da UNESCO, *Race and class in Rural Brazil*. A estes municípios, acrescentaria Arembepe, no litoral norte, por ser um lugar pesquisado durante décadas por Conrad Kottak a partir do seu envolvimento inicial com a pesquisa de Marvin Harris no âmbito de projeto UNESCO. Este projeto pretendia contribuir para o debate e a revisão do grande projeto UNESCO, sendo que se diferenciava de outras releituras por se basear também em trabalho de campo, inclusive tentando reconstruir a memória em torno do trabalho de campo dos colaboradores do projeto UNESCO, além de levantar fontes documentais. A pesquisa deveria incorporar alunos da graduação (possivelmente como bolsistas de iniciação científica) para os quais o trabalho de campo

representa uma importante oportunidade de treinamento, além de alunos de mestrado e doutorado interessados em desenvolver sua própria pesquisa no âmbito dos temas do projeto e pesquisadores seniores. A partir deste momento de reflexão sobre a história da antropologia na Bahia, que logo nasceu internacionalizada e suscitando um grande trânsito de pesquisadores oriundos dos países do Norte e do Sudeste do Brasil, começou um trabalho de resgate da memória da mesma que tem interessado uma série de importantes pesquisadores na Bahia – entre os quais quero destacar Maria Rosário Carvalho, Cláudio Pereira, Jeferson Bacelar e, mais recentemente, Felipe Fernandes e Ricardo Sangiovanni. Neste resgate, mais do que fazer uma hagiografia de nossa história local, temos nos esforçado para evidenciar a relação entre esta tradição antropológica baiana, as condições para a produção do conhecimento e à geopolítica do conhecimento, assim como as tensões de classe, cor e gênero presentes neste campo.

## **Livros**

Meu livro *Blackness without Ethnicity* foi publicado em inglês em 2003 pela editora Palgrave/StMartin's Press e em português numa versão adaptada para os leitores no Brasil pela editora Pallas em parceria com a Edufba em 2004, com o título *Negritude sem etnicidade*. O livro apresentava uma visão do conjunto da minha pesquisa sobre relações raciais no Brasil nos últimos dez anos, enfatizando tanto a necessidade de uma sistematização da comparação internacional de estudos étnicos, quanto uma reflexão sobre a relação pesquisador-pesquisado no âmbito do estudo da identidade étnica. Nos dois anos precedentes, tinha dedicado a estes dois temas uma série de conferências, particularmente no Cebrap, na Unicamp, na mesa “O olhar estrangeiro”; no Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, na mesa “Os desafios para a antropologia no século XX”; no Encontro da Anpocs de 1998, no GT “Simpática Antropologia” que coordenei no encontro da ABA de 2000; e na mesa que coordenei no encontro da Anpocs de 2000. Algumas dessas conferências foram publicadas em forma de artigos em duas coletâneas de cunho comparativo pela editora MacMillan e na revista *Dados*.

Nem todos meus projetos de livro chegaram a se concretizar. O contrato com a editora Palgrave /St. Martin's Press deveria finalmente ter possibilitado a tradução da minha tese de doutorado para o inglês e sua publicação; pela mesma editora, meu livro *Brilhar na Sombra* seria publicado no final de 2002, acrescentado de um capítulo em que volto ao campo dez anos depois, analisando como mudou a situação da minoria surinamesa na Holanda. Isto não se realizou porque não consegui custear a tradução. Por outros motivos, não se realizou a organização, junto com o colega

Fernando Rosa Ribeiro, da coletânea *Relações Raciais no Mundo Colonial Holandês* apresentando artigos sobre Indonésia, Suriname, Antilhas, África do Sul etc. Esta coletânea seria publicada no âmbito do projeto editorial que o CEAA realizava com o apoio da fundação Ford.

### **Indagações e Inquietações**

Desde o começo, minha experiência no Brasil caracterizou-se por um interesse pelos estudos étnicos comparados, particularmente as relações raciais, a cultura e a identidades negras em diferentes países. Com efeito, cheguei ao Brasil após ter tido experiência de pesquisa sobre identidade étnica e relações raciais em outros países, como Grã-Bretanha, Holanda e Suriname. O sistema racial brasileiro, que se insere em um paradigma latino-americano de relações raciais – determinante na criação da antropologia afro-americana moderna, nos anos de 1930 e 40 –, tinha ficado à margem de debates importantes conduzidos em publicações e conferências internacionais de Antropologia como, por exemplo, as novas formas de identidade étnica no meio urbano, a relação entre as culturas negras e o processo de globalização, e a relação entre identidade étnica e novas formas de pobreza e exclusão. Considerava de fundamental importância entender como se estabelecem e se criam os elos e os intercâmbios das correntes mais importantes nos estudos étnicos. No caso das populações negras, as pesquisas tendiam a retratar as realidades anglófonas.

Com efeito, algumas das peculiaridades das relações raciais brasileiras, como, por exemplo, a relativa ausência de um sistema racial polarizado, bem como a presença marcante da população negro-mestiça, devem ser incluídas no exercício de interpretação global da identidade étnica. Acredito que estes aspectos são determinantes, tanto para o desenvolvimento de uma perspectiva realmente comparativa, como para as oportunidades que oferecem de se medir, a partir do Brasil, sistemas raciais e paradigmas de interpretação diferentes. Para quem se formou, do ponto de vista etnográfico, em países com sistemas raciais bem mais polarizados, como Inglaterra, Holanda e Suriname, o fato de pesquisar na Bahia e no Rio de Janeiro e estabelecer minha base profissional definitivamente na UFBA em abril de 2002 representou uma tentativa de reverter um quadro teórico relativamente consolidado e ampliar os próprios horizontes.

Havia três ordens de indagações que perpassaram toda a minha pesquisa no período que antecedeu minha instalação na UFBA. A primeira diz respeito a como adequar a prática antropológica aos desafios proporcionados pelos processos de urbanização, mediação das relações sociais e globalização – os desafios da modernidade tardia. O plano de fundo da realidade metropolitana no Brasil de hoje está

caracterizado por dois macro-fenômenos interligados que representam tanto novas tendências, como novos olhares: uma ulterior flexibilização do mercado de trabalho com a criação de uma nova segmentação entre trabalhadores “garantidos” e um número crescente de trabalhadores “não garantidos” e a globalização dos mercados e das culturas. Isto cria novas diferenciações, novos excluídos, novas identidades e novas formas de capital simbólico que se refletem no tecido da cidade, modificando tanto o quadro de interpretação desta quanto os marcos dentro dos quais se articula a procura de soluções individuais e coletivas.

Na realidade, as grandes cidades da América Latina como Rio e Salvador sempre possuíram características que muitos autores consideram típicas da cidade ‘pós moderna’ (polivalente, pouco planejada, personalizada, anárquica, com pouco estado e muito mercado). Os discursos, as formas culturais e os estilos de vida que se criam nestas cidades requerem esquemas de interpretação sutis, aquela que gosto de chamar de antropologia intersticial. Contudo, a interpretação oferecida pela mídia tende a se tornar espetacular. Chega-se à situação em que, sobretudo a respeito dos fenômenos espetaculares relacionados à cor, juventude, lazer, música, favela e mais ainda a crime, é a mídia que “faz” antropologia. Apresenta-se mais uma vez entre os antropólogos o dilema da militância progressista na nossa época. Há que se gritar para ser ouvido, mas gritando se perdem os detalhes e se distorcem as interpretações. Ademais, o antropólogo “em casa”, aquele que faz pesquisa na própria cidade, deve aprender a lidar com uma contradição: por um lado, a antropologia recebeu como herança uma postura relativista para com as culturas e nos ensina a necessidade de se manter uma certa distância emocional na relação com objeto de pesquisa; por outro lado, nesse contexto relativamente familiar para nós, somos chamados para opinar, muitas vezes pelos próprios informantes. Operamos em um espaço repleto de opiniões e gostos. Estes mecanismos representam um grande e potente desafio para a antropologia, não somente porque a obrigam a se medir com contextos sempre mais complexos e menos facilmente definíveis em termos de comunidade, mas também pelas implicações éticas para os antropólogos que estão colocados frente a um dilema. Eles devem, na minha opinião, se fazer porta-vozes desta nova complexidade, sobretudo das novas vítimas e opressões que ela carrega, tendo a tarefa edificante de descrever de forma sutil, mas atenta aos detalhes daqueles que falam mais baixo. Esta ‘repatriação da antropologia’, como tem sido definida a presente crise na relação entre antropólogos e seus objetos de pesquisa, tem como importante consequência para o estudo das identidades étnicas e das descobertas das tradições na modernidade tardia a função de porta-voz de grupos etno-racialmente oprimidos, assim como aquela de guardiã da “autenticidade” das expressões culturais, que os antropólogos têm desenvolvido bastante e que hoje está sendo profundamente discutida.

A prática de pesquisa em cidades, países e línguas diferentes tem certamente contribuído muito para alimentar uma segunda ordem de inquietações. Em primeiro lugar, tem estimulado minha curiosidade pela comparação internacional entre sistemas etno-raciais de países e regiões do mundo, muitas vezes produto de estilos coloniais diferentes como condição necessária para que se chegue a uma perspectiva realmente universal sobre os processos identitários de cunho étnico e o processo pelo qual um grupo social é transformado em um grupo racial. Em segundo lugar, tem alimentado uma certa insatisfação com aquele fenômeno de provincianismo global, que é constante preocupação, presente também no Brasil, com os paradigmas científicos, as teorias e até a situação social dos Estados Unidos e talvez de todo o mundo anglófono. A esta obsessão fazia contraponto um relativo desinteresse entre os intelectuais para com outros países da realidade afro-latina e com o Sul do mundo em geral. Para que os estudos étnicos no Brasil se integrassem a contento aos debates internacionais, era preciso, a meu ver, um movimento em duas direções: 1. desprovincializar o olhar brasileiro a respeito das relações étnicas e raciais, fazendo com que o discurso hegemônico sobre a identidade étnica fosse menos centrado na universalização das agendas dos países anglo-saxônicos; 2. aumentar o intercâmbio de pesquisadores do universo afro-latino e entre estes e os pesquisadores em outras áreas do Atlântico negro, assim como o estudo comparativo das relações raciais em países e contextos diferentes.

Até os anos 50 o Brasil, sobretudo a Bahia, mais do que os outros países e regiões da América Latina, teve um papel central no desenvolvimento do estudo das relações raciais no primeiro mundo, primeiramente nos EUA e na antropologia afro-americana. O Brasil tem sido, sobretudo, campo de pesquisa, um laboratório de ideias e desejos. A ideia de Brasil como democracia racial era uma construção que refletia as preocupações éticas e o humanismo de uma parte importante da antropologia americana do pós-guerra. A perda de centralidade do Brasil e do resto da América Latina na antropologia afro-americana de fala inglesa, a partir dos anos 60, reflete uma profunda mudança nas preocupações e nos paradigmas interpretativos das relações raciais da cultura e da identidade negra nas ciências sociais norte-americanas. Neste sentido, a descrição do Brasil em termos de “inferno racial” e lugar de relações raciais “ambíguas” e “atrasadas” em comparação com os EUA precisa ser relativizada. Obviamente, os pesquisadores brasileiros das relações raciais têm tido também sua agenda política. Isto pode ser visto tanto no projeto lusófilo de Freyre como no projeto inspirado pela necessidade de desmontar a imagem de país (racialmente) cordial de Florestan e Ianni. Longe de querer algum “antiamericanismo”, meu argumento é que uma perspectiva cuidadosa sobre os temas associados à identidade étnica não

pode ir *pari passu* com uma equiparação simbólica do mundo aquilo que Ulf Han-nerz e Arjun Appadurai chamam de ecumenismo anglófono.

Uma terceira preocupação que estava interligada às duas já mencionadas dizia respeito à reflexão crítica em torno da relação entre pesquisadores e objeto de pesquisa. Sobretudo no caso do nacionalismo e da identidade étnica, os pesquisadores mostravam e ainda mostram a tendência a compartilhar com os porta-vozes dos grupos étnicos por eles estudados uma imagem do grupo ou da comunidade em questão como mais integrada e harmônica do que ela pode ser segundo outras leituras. De fato, estas imagens de integração e harmonia precisam ser relativizadas porque em torno de todas as identidades e discursos étnicos existem polifonia e cacofonia. Neste âmbito, também a reflexão sobre o papel dos pesquisadores estrangeiros no âmbito da cultura negra e das relações raciais no Brasil e o desenvolvimento de um “olhar estrangeiro” vinham, por motivos óbvios, atraindo uma parte considerável da minha atenção. Nos estudos étnicos, para tentar desvendar a “naturalidade” das categorias étnicas e raciais, que são muitas vezes enraizadas em um *habitus* etno-racial local, a comparação internacional das relações raciais sempre foi um dos métodos mais utilizados – embora se tratasse, mais que nada, de uma comparação implícita, mais do que metodologicamente elaborada. Contudo, toda e qualquer comparação traz, implícita ou explicitamente, o olhar do pesquisador que é informado por três importantes fatores: as suas preferências político-culturais; o contexto sociocultural do qual ele provém (por exemplo, a tradição colonial do próprio país) e o seu *background* etno-racial ou, dito melhor, a sua consciência étnica. Neste sentido, na avaliação da pesquisa sobre relações raciais e cultura negra no Brasil, era e ainda é importante analisar também o olhar do pesquisador. O que deveria interessar nestes estudos comparativos não é definir qual é o país racialmente melhor ou pior, mas aprender a lógica que rege as relações raciais em um determinado contexto ou país na convicção que não existem *eldorados* raciais, senão na utopia que os cientistas devem e podem imaginar. Neste sentido, é preciso entender porque no Brasil, embora se conheça uma história de racismo que tem produzido desigualdades extremas e duráveis, os discursos cultos e populares ao redor da mestiçagem e do sincretismo cultural têm tido, pelo menos até o primeiro governo Lula, mais êxito do que algum tipo de política da identidade (étnica e racial). Também vale a pena entender porque, em um país tão violento e desigual, não existe de forma substantiva ódio racial de forma politicamente organizada, como o conhecemos em outros países. Um olhar discreto, intersticial e curioso talvez seja o que precisamos para entender estes ‘segredos étnicos’. Inútil dizer quantas vezes tenho me perguntado a respeito de minha inserção no campo: como e até que ponto o fato de eu ser de origem italiana e branco, em um contexto onde frequente a brancura corresponde a privilégio, tem interferido

tanto em minha pesquisa de campo, criando por vezes curiosidade e em outro caso distância, como em minhas atividades na universidade, onde vários colegas lidam, na minha percepção, de forma tensa com minhas origens. Ora, cheguei à conclusão que, já que não ha como escapar às próprias origens, pode e deve se estabelecer regras de convívio com elas e estas podem ser reformuladas constantemente.

Nos primeiros 24 anos de pesquisa sobre as relações étnicas e raciais, entre o começo de minha pesquisa em Londres em 1978 e a data de meu ingresso na UFBA, em abril de 2002, penso que cheguei a uma compreensão mais complexa destes fenômenos. Aos poucos, deixei de acreditar no caráter intrinsecamente libertador e emancipador das políticas da identidade ao considerar que se trata de um universo que merece ser estudado cuidadosamente porque revela algumas das mais importantes contradições da nossa sociedade. Nem todos os processos identitários levam a emancipação, assim como um novo quase-culto da diversidade (sobretudo, da *diversity* nos Estados Unidos) nem sempre é um instrumento para a luta contra as diferenças resultados das desigualdades extremas e duráveis.

48

Acreditava, ademais, que a Bahia, lugar tão importante na criação e estabelecimento dos estudos afro-brasileiros e, de forma mais geral, da tradição antropológica com relação à produção cultural negra e às relações entre brancos e negros, podia e devia ser também o lugar para eu me aventurar à procura de novas respostas e perspectivas, com valor universal, em torno da análise das tensões de cunho étnico e racial. Tratava-se, como já tinha alertado William Du Bois no começo do século XX em relação à assim dita linha de cor, de tensões que pareciam estar se configurando como uma das questões centrais deste novo milênio e do tipo de modernidades que o caracteriza.

## De volta para a Bahia - a idade madura: The Prime

Em dezembro de 2001, prestei concurso na UFBA, e fui aprovado. No dia 20 de abril de 2002, tomei posse. Deixei um emprego com professor titular de uma universidade particular, uma das melhores do Rio de Janeiro para a posição de professor adjunto de nível 1 em Salvador. Um desafio em muitos sentidos. Voltar para a minha Bahia, por assim dizer, correspondia a uma escolha de vida.

Trata-se de mais uma escolha radical associada a uma mudança de lugar, de cidade e instituição. Não estou, pois, na Bahia, por algum tipo de “direito natural”. Muito pelo contrário, configura-se esta, mais uma vez, como resultado de uma escolha pessoal, de fato, contra a natureza um tanto quanto imobilizadora da forma convencional de se pensar numa carreira acadêmica no Brasil: toda e sempre na mesma instituição de ensino. Esta minha forma de vivenciar a vida acadêmica configura-se como um percurso horizontal, entre lugares diferentes e distantes, mais do que com um buscar em profundidade, tentando se enraizar e fortalecer a partir do conhecimento acumulado dentro de uma única IES. Longe de mim pensar nisto como um modelo para os outros. Trata-se, porém, da forma que melhor se encaixou em meu estilo de vida, nas minhas inquietações e na minha dificuldade de aceitar as convenções de um único lugar, tornando-se mestre em aproveitá-las. Quiçá, no fundo, eu prefira ser sempre um eterno estrangeiro e até apátrida. Por sinal, os romanos diziam, *nemo profeta in patriam* – não há como se ser aceito como profeta na própria pátria. Tenho, agora, a impressão de que me estabelecer na UFBA e em Salvador foi

a última – e a derradeira – escolha geográfica radical de minha vida. A partir deste lugar, tenho me esforçado em tecer redes e estabelecer contatos, tanto projetando meu trabalho e aqueles dos colegas para outros estados e países, como, e em sintonia com isto, recebendo colegas e projetos de outros lugares. Em toda minha atividade, diria, pretendo me desenvolver em um movimento duplo. Por um lado, interessa-me valorizar o que há em termos de pesquisa na própria Bahia; por outro, interessa-me trazer para cá idéias e estímulos novos. Estou convicto de que aqui na Bahia e na nossa Universidade há muitas coisas e idéias boas que podem se beneficiar deste duplo movimento de apresentação para fora e para dentro de abordagens, perspectivas, teorias, projetos e metodologias.

50 — Nesse sentido, preciso tecer algumas considerações sobre estes meus 14 anos como professor efetivo na UFBA. Cheguei em Salvador cheio de vontade de, finalmente, conseguir institucionalizar o ensino, sobretudo em nível de pós-graduação, daquilo que eu estava acostumado a chamar de estudos étnicos – uma área de interesse que incorpora os estudos afro-brasileiros, os estudos indígenas e os estudos dos processos migratórios e suas respectivas culturas e identidades. Logo me instalei no CEAO (Centro de Estudos Afro-Orientais), que naqueles anos funcionava em um simpático, mas muito barulhento sobrado colonial no central Terreiro de Jesus. Cheguei com alguns recursos da Fundação Ford para o Curso Fábrica de Ideias e com uma pequena, mas inovadora, verba do Sephis Program para o desenvolvimento dos intercâmbios Sul-Sul. De fato, Sephis tinha montado uma rede planetária de centros na Ásia, África e América do Sul (com um centro em Lima e outro no CEAA, Rio de Janeiro). Com minha mudança para Salvador, o centro de Sephis para o Brasil mudou-se para o CEAO. Também consegui trazer para cá um apoio mais substancial da Fundação Ford para o desenvolvimento de um primeiro e pioneiro curso de especialização *latu sensu* em estudos étnicos. Não tinha tido condições para montar este curso na UCAM devido ao fato de a universidade ser privada e de estar inadimplente com várias agências federais como a Capes e o CNPq. O saudoso Ubiratan Castro, naqueles anos diretor do CEAO, o Bira Gordo que padre Paolo tinha me apresentado já em 1992, foi um dos responsáveis para minha instalação no CEAO. Bira me estimulou bastante prestar concurso na UFBA, de fato me levou tomar um banho de pipoca de frente da Igreja de S. Lázaro, logo antes da prova do concurso – e certamente ajudou! Ele estava convencido que a partir do CEAO se pudesse fazer algo interessante, tanto academicamente quanto politicamente, na direção do anti-racismo. Por outro lado Bira não acreditava que Salvador tivesse algum “clima intelectual”. Quando eu, ingenuamente, perguntei sobre isso ele me respondeu: “Olha, em Salvador quem faz o clima intelectual é você mesmo!”. De toda forma, a UFBA e Salvador tinham tudo para ser o lugar e a cidade onde se proceder neste processo. Pensava, e ainda penso

que Salvador, por sua história tão fortemente associada à África, aos Africanos, à escravidão, à exclusão dos negros e a diáspora negra, poderia ser uma das capitais intelectuais da região que Paul Gilroy chamou de Atlântico Negro.

Em julho de 2002, aconteceu a primeira versão baiana do curso Fábrica de Ideias, a qual obteve grande sucesso. O Ceao e o centro histórico de Salvador eram lugares perfeitos para se realizar o curso. Desta vez, além do apoio da Fundação Ford, por meio de um projeto de vários anos gerenciado pela Fapex, recebemos também pela primeira vez o apoio do Programa de Apoio à Organização de Eventos do CNPq. O fato de termos mudado para uma IES pública significou que podíamos pleitear o apoio das agências de fomento federais (CNPq, Capes e Finep) e estadual (Fapesb). Assim temos feito desde então, conseguindo, aos poucos diversificar as fontes de financiamento e conseguindo superar sem grandes problemas a progressiva retração do campo das ciências humanas no Brasil do auxílio de agências de fontes estrangeiras, especialmente americanas, como a F. Ford, MacArthur, Rockefeller e Mellon. Tratava-se de um processo lógico, já que o Brasil, a partir destes anos, e do primeiro governo Lula começava a se configurar como um grande país de renda média, entrando em um processo que aos poucos iria transformar o Brasil de país receptor de apoio internacional para país doador de apoio – por exemplo, aos Palops, à Bolívia ou ao Haiti. Se pensarmos que boa parte das organizações nacionais mais importantes nas ciências sociais, como a ABA, a Anpocs e a Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros tinham recebido nas décadas de 80 e 90 importantes grants de agências e fundações estrangeiras, esta mudança apontava para uma clara e profunda alteração da geopolítica do conhecimento tradicional. Logo, esta seria uma mudança que apresentaria importantes desafios para nos cientistas sociais no Brasil: passar de ser receptor para ser doador e ator internacional de peso subentendendo uma revolução copernicana na forma como observamos tanto o Norte quanto o Sul Global. Para nós, antropólogos, significava mudar nosso olhar tanto para com os Países das Grandes Antropologias (EUA, RU e França) quanto para com a produção acadêmica emergente em países como a Índia, o México e a África do Sul. O sucesso da primeira Fábrica de Ideias baiana, um curso que se mantém até hoje, mostrou que com nossa mudança para Bahia tinha se tornado mais fácil convidar grandes nomes das ciências humanas. Ademais, o entusiasmo suscitado pela nova perspectiva Sul-Sul criada pelo governo Lula, retomando e ampliando a perspectiva da Política Internacional Independente de Jango e Goulart, literalmente chegou a turbinar nossas expectativas com relação à possibilidade de criar, a partir do CEAO e da UFBA, um grande pólo de reflexão internacional em torno da questão etno-racial em várias regiões do mundo assim como dos estudos africanos.

## Pesquisa

Nesta minha volta para a UFBA, meu primeiro projeto de pesquisa institucional chamava-se “Contraponto baiano do açúcar e do petróleo”. Previa tanto uma pesquisa empírica no município de S. Francisco do Conde (BA) como a criação de uma rede nacional e internacional centrada em torno da reflexão crítica sobre o projeto Unesco no Brasil com todo. O grande projeto de pesquisa da UNESCO, em colaboração com a Columbia University e a nascente UFBA, nos anos 50, escolheu na Bahia cinco comunidades, naqueles anos definidos como rurais. Essas comunidades representariam as diferentes regiões geográficas e sociais da Bahia, e a pesquisa pretendia medir o impacto da transição de uma economia simbolizada pelo açúcar para outra simbolizada pelo petróleo no Município de S. Francisco do Conde – uma das comunidades pesquisadas pelo projeto UNESCO nos anos 50 dentro do convênio entre a UFBA e a University of Columbia. A pesquisa era interdisciplinar, entre história contemporânea e antropologia, e, além de levantar fontes documentais, visava repetir, de forma atualizada, a importante pesquisa de comunidade realizada por Harry Hutchinson nos anos 1950-3, enfocando as relações raciais e a forma pelas quais novas identidades estavam sendo criadas entre os jovens em torno de noções como ser jovem e/ou negro. Interessava-me entender como este processo de redefinição identitária influenciava a relação com o trabalho, o lazer, o consumo e a sexualidade. Este projeto representava um desdobramento de pesquisas realizadas em Camaçari e na Cidade Baixa de Salvador na primeira metade dos anos 90, e na comunidade do Cantagalo no Rio de Janeiro. Como já mencionado, o projeto de pesquisa fazia parte de um projeto mais amplo cujo título é “O Projeto UNESCO na Bahia: uma volta crítica ao campo 50 anos depois”: tratava-se de um projeto integrado de pesquisa e formação de pesquisadores, de caráter interdisciplinar, em História e Antropologia, cujos objetivos foram:

a) Reconstruir a história do projeto UNESCO na Bahia, sua organização e lugar institucional e político na academia e no Estado, suas pesquisas de campo no interior e na cidade de Salvador. Com efeito, as importantes reconstruções historiográficas deste projeto UNESCO, realizadas por Verena Stolke e Olívia Gomes da Cunha, têm deixado substancialmente de lado suas relevantes articulações na Bahia. Pelo contrário, Marcos Chor Maio (1999), num estudo pioneiro, já mostrou a centralidade da Bahia no desenvolvimento do projeto UNESCO. Foi de fato na Bahia que mais fortemente se estabeleceu uma sinergia determinante entre os planejadores de uma nova educação, o governo do Estado, a nascitura Universidade Federal, uma parte importante da inteligência local e uma série de grandes universidades norte-americanas (sobretudo, Columbia e Northwestern).

b) O segundo objetivo era repetir aquele modelo de pesquisa, de caráter minucioso – o estudo de comunidade, somente possível graças a uma equipe forte e entusiasmada –, atualizando sua metodologia quando necessário, a fim de avaliar como e o que mudou na Bahia, e especificamente no campo investigado, no decorrer destas cinco décadas, em termos de relações sociais e raciais. Dentre estas mudanças, observar-se-ia, assim, os efeitos da modernização, da industrialização, da democratização e, em época mais recente, da exposição à globalização.

Desse modo “O Projeto UNESCO na Bahia: uma volta crítica ao campo 50 anos depois” pretendia contribuir para o debate e a revisão do grande projeto UNESCO, sendo que se diferenciava de outras releituras (sobretudo, de Verena Stolke e Olívia Gomes da Cunha), por se basear também em trabalho de campo, inclusive como forma para pesquisar a memória deixada nas várias comunidades pelos pesquisadores do projeto UNESCO nos anos de 1950. A pesquisa devia contemplar a cidade de Salvador, onde Thales de Azevedo pesquisou as elites de cor, e os quatro municípios do interior baiano abarcados pelo amplo projeto coordenado por Charles Wagley, entre os quais S. Francisco do Conde no Recôncavo, e que resultou na publicação da UNESCO, *Race and Class in Rural Brazil*. A estes municípios acrescentar-se-ia, todavia, a localidade de Arembepe, no litoral norte baiano, por ser um lócus de pesquisa durante décadas para Conrad Kottak, estabelecido, inclusive em função do seu envolvimento com a pesquisa de Marvin Harris, no âmbito do mesmo projeto UNESCO.

Como desdobramento deste projeto de pesquisa, organizei em 2003 no monumental auditório Britto da antiga Escola de Medicina da Bahia, com o apoio do CNPq e da Fapesb, o Colóquio Internacional “O Projeto Unesco 50 anos depois”, que foi um grande sucesso, inclusive de público. Uma seleção dos textos apresentados foram mais adiante publicados na coletânea *O projeto Unesco no Brasil: textos Críticos*, que organizei junto a Claudio Pereira, com recursos oriundo da Fapesb. Pode se dizer que depois da coletânea *Raça, Ciência e Sociedade*, organizada por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos e publicada pela Editora da Fiocruz, na qual tive o prazer de poder publicar um texto meu sobre a atualidade de algumas ideias de Gilberto Freyre para as ciências sociais no Brasil, nossa coletânea constituiu-se na obra mais abrangente sobre o impacto do projeto Unesco no desenvolvimento do pensamento racial e na consolidação das ciências sociais nestes País.

Avançando nesta investigação sobre a formação das ciências sociais e, mais especificamente, dos estudos afro-brasileiros, sobretudo na Bahia, desenvolvi uma pesquisa, de forma prevalente em arquivos estrangeiros, sobre a passagem pelo Brasil e pela Bahia de três importantes pesquisadores norte-americanos. Entre 1941 e 1943, a cidade de Salvador, na Bahia, tornou-se o local de uma batalha entre dois diferentes

entendimentos sobre a integração racial nos Estados Unidos e sobre o lugar da África nesse processo. Franklin Frazier, o mais conhecido sociólogo negro da época, que já havia então publicado *A família negra nos Estados Unidos*, estava empenhado em uma discussão com o igualmente famoso antropólogo, branco e judeu, Melville Herskovits, sobre as “origens” da chamada “família negra”. Para tornar as coisas ainda mais complicadas, ambos baseavam seus argumentos em trabalhos de campo realizados entre os mesmos informantes: o povo de santo do mesmo terreiro de candomblé em Salvador, o prestigiado e “tradicional” terreiro do Gantois, de nação queto-iorubá. No meio do caminho entre os dois estava o linguista Lorenzo Dow Turner, que publicaria mais tarde seu livro seminal sobre as influências africanas no Gullah, o idioma falado pelos habitantes das ilhas costeiras da Carolina do Sul e da Geórgia, nos Estados Unidos. Turner era amigo de Frazier, mas suas teorias acadêmicas estavam mais próximas das de Herskovits. Esta pesquisa resultou em várias publicações em inglês e português assim como em vários convites por universidades americanas, além de vários desdobramentos, sendo um dos mais importantes a criação do Arquivo Digital dos Estudos Afro-Baianos e a pesquisa sobre a trajetória intelectual do líder moçambicano Eduardo Mondlane. Acerca de ambos detalharei mais adiante.

Em 2006, recebi um convite para ficar um mês na Universidade da Virgínia em Charlottesville, onde há importantes departamentos de antropologia e de história, como professor visitante. Isto me permitiu explorar vários arquivos e acervos do Smithsonian Institute em Washington, DC, assim como me familiarizar como o pioneiro programa de *digital history* realizado na região.

Em 2007, durante quatro meses, tive a possibilidade de residir em Paris, tendo recebido a bolsa Simon Bolivar do IHEAL Sorbonne 2. Durante esta estadia, pude me familiarizar com a literatura em francês sobre o tema da pós-colonialidade, realizar pesquisa nos ricos arquivos da Unesco sobre o Projeto Unesco no Brasil e organizar o colóquio *Au Tour de l’Atlantique Noir*, com a presença de Paul Gilroy e muitos outros, em uma parceria entre IHEAL e Centre d’Etudes Africaines. Uma seleção dos textos apresentados foi publicada em um livro homônimo que organizei junto com os colegas Carlos Agudelo e Capucine Boidin.

Meu próximo projeto de pesquisa na UFBA chamava-se “Comparando Pobrezas” e foi realizado em Cabo Verde com o apoio do Programa Pró-África do CNPq. Tratava-se de meu primeiro projeto em estudos africanos e o mesmo objetivava o desenvolvimento da pesquisa histórica e socioantropológica sobre a gênese e a manutenção de formas extremas e duráveis de desigualdade social e econômica entre grupos e categorias diferentes de Brasil, Moçambique e Cabo Verde. O projeto articulava-se na organização de uma pesquisa transnacional assim como comparativa dos específicos nacionais nestes três países e se beneficiava de pesquisa recém-concluída no

Brasil. Tratava-se, assim, tanto de aproveitar e comparar pesquisa, digamos, nacional, quanto de produzir, com o apoio do Programa Pró-África, uma pesquisa nova centrada na perspectiva internacional e num estreito diálogo da literatura africana com aquela latino-americana. Estas duas literaturas configuravam-se como dois universos separados e até estanques. A sinergia entre estes universos, não obstante os esforços de CLACSO, CODESRIA e do Sephis Program, esforços dos quais eu participava ativamente, tinha sido ainda muito reduzida. Para a realização desta nossa pesquisa, foi montada uma equipe internacional que foi integrada também por dois doutorandos, um brasileiro e um cabo-verdiano. Tratava-se, é claro, de contextos diferentes, pelo menos do ponto de vista do tamanho do país, mas que, cada um de forma específica, mostrava uma combinação de antigas desigualdades com novas formas que as mesmas tinham adquirido nas últimas décadas. Também diferente era a recente história econômica, feita de fortes mudanças em Cabo Verde e Moçambique, às quais se opunha a relativa continuidade do Brasil. Interessava-nos tanto a história das desigualdades como suas reviravoltas mais recentes, quanto a dimensão quantitativa, que muito pode ajudar a explicar porque se fala de países com alto índice GINI, não obstante suas diferenças, como aquela que chamamos de cultura das desigualdades – a vivência da pobreza e da distância social, aquilo que significa sentir-se pobre e as respostas que os pobres oferecem a sua condição.

Neste sentido, importantes nos pareciam ser as narrativas das elites sobre os pobres assim como as formas pelas quais os pobres reagem e falam sobre as elites. Estávamos convencidos da utilidade deste tipo de pesquisa inclusive como tentativa de estimular uma certa curiosidade horizontal, em oposição àquela obsessão vertical, que, enfocando sempre e somente o contexto dos países do Norte, limitava em muito a criação de uma perspectiva universal sobre pobreza e desigualdades. Tratava-se de uma perspectiva que pudesse ajudar e entender o que há de específico em cada contexto assim como ajudasse a detectar quais elementos podem ser chamados de universais ou, em falando de pobreza e desigualdades, estavam se tornando globais. Vislumbrava com este projeto tanto o início de um processo de ampliação da reflexão nas ciências sociais, como estimular os estudos africanos no Brasil – incorporando à discussão brasileira o debate sobre desigualdades e pobreza a contribuição e as perspectivas de especialistas africanos. Preciso assinalar que, a partir da criação do Posafro em 2005, houve de minha parte um esforço no sentido de ampliar minha experiência de pesquisa ao próprio continente africano, para começar com sua parte mais exposta aos fluxos atlânticos, como Cabo Verde, Senegal e Guiné-Bissau.

Para esta pesquisa realizei duas curtas missões etnográficas, de quinze dias cada, na cidade da Praia na Ilha de Santiago e no Vale do Paul na ilha de Santo Antão. Em cada missão também ministrei um minicurso de cinco aulas no recém-criado programa

de pós-graduação em ciências sociais da Universidade de Cabo Verde. A pesquisa de campo focou sobre os efeitos da globalização sobre a percepção das desigualdades. Em um contexto caracterizado por uma tradicional altíssima taxa de migração, pela qual o arquipélago já está conhecido, tentei entrevistar duas gerações na mesma família. Com a valiosa ajuda de Paulo Verissimo, meu assistente de pesquisa e atualmente doutorando em sociologia, realizamos mais de quarenta entrevistas, chegando à conclusão que vale para Cabo Verde um dos princípios gerais da teoria da globalização, que esta cria e circula ícones globais (com relação a aquilo que seria o bem-estar, o consumo ideal, o parceiro ideal, os direitos humanos de última geração, a noção de beleza) que acabam tendo um sentido local.

Um desdobramento deste projeto foi a pesquisa “Desigualdades e Identidades: Rede de pesquisa sobre a História e Contemporaneidade dos processos identitários em três países africanos em perspectiva comparativa com o Brasil”, que consegui realizar graças a mais uma verba do Programa Pró-África do CNPq. Um dos grandes desafios de muitos países no Global South (aquilo que já foi chamado de terceiro mundo) é o surgimento de novos processos de criação de desigualdades dentro de uma fase histórica caracterizada pela universalização – hoje globalização – das expectativas em termos de cidadania, consumo e participação nos diferentes âmbitos da sociedade. Este processo contraditório produz novas identidades sociais que se associam às identidades sociais produzidas a partir da vivência das desigualdades, digamos assim, tradicionais, originadas antes, durante e logo depois do domínio colonial. Este contexto, no qual desigualdades e identidades se conjugam de forma nova, requer uma abordagem inovadora, interdisciplinar e, se possível, fortemente orientada no eixo Sul-Sul. Observar a história das desigualdades na África a partir do Brasil pode oferecer perspectivas novas, assim como é inovador criar condições através das quais pesquisadores africanos possam interagir com o contexto brasileiro e com pesquisadores das desigualdades no Brasil. Neste sentido, esta nova pesquisa se constituía também em um projeto de Cooperação Internacional que objetivava o desenvolvimento de pesquisa histórica e socioantropológica sobre a relação entre a formação de identidades sociais e formas extremas e duráveis de desigualdades entre grupos e categorias sociais diferentes do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné Bissau e do Senegal. Tratava-se de identidades relacionadas a desigualdades antigas ou mais recentes, como aquelas resultantes da exploração colonial ou da incorporação de determinadas regiões em uma nova economia capitalista global. Estas desigualdades podem ser representadas em termos de classe social, gênero ou raça/etnicidade/autoctonia – ou, frequentemente, em uma combinação destas diferenças. Embora nosso projeto não desconhecesse a importância de contextos nacionais nem do papel do Estado em articular processos identitários, por motivo de ordem empírica,

preferimos concentrar-nos em determinadas regiões. A Ilha de Santiago (Cabo Verde), a região de Bissau, a região de Dacar e o Recôncavo da Bahia – as quatro áreas abarcadas por nossa rede de pesquisa – eram, é claro, contextos diferentes, pelo menos do ponto de vista do tamanho do país do qual fazem parte, de sua história econômica e político-social. Guiné Bissau, Cabo Verde e Senegal têm passado por fortes mudanças econômicas e políticas nas últimas décadas, o que tem levado a um aumento das desigualdades e de sua percepção. O Brasil, ao contrário, embora historicamente caracterizado por continuidades, parecia em 2008 estar entrando em outra fase em sua história de desigualdades extremas e duráveis, com leve, mas paulatina, redução das mesmas. Estes três países tiveram ademais histórias diferentes em termos de colonização e dependência do Ocidente – e esta história e dependência contribuíam a influenciar a percepção das desigualdades. As áreas de nossa pesquisa também representavam quatro pontos diferentes nas narrativas em torno das hierarquias raciais e da negritude – com o Senegal sendo tido como uma das pátrias da própria noção de negritude, a Guiné Bissau com uma história de conflitos articulados ao longo de uma linha étnica ou racial e hoje procurando reforçar a sua integração no contexto regional da CEDEAO, Cabo Verde em constante procura de uma relação com sua africanidade e o Recôncavo da Bahia como lugar onde a África tem sido redescoberta e até valorizada no último meio século. Nosso projeto visava justamente entender como em contextos diferentes a pobreza/riqueza e as desigualdades são narradas por camadas sociais diversas.

Para este projeto comparativo minha pesquisa focou no contexto de três feiras na África ocidental: a feira Sucupira na cidade de Praia, Cabo Verde, a feira de Medina em Dakar e a feira de Bandim em Bissau.<sup>11</sup> Basei-me em algumas incursões etnográficas, nas quais, além da devida observação participante, gravei dezenas de entrevistas (20 na Praia, 35 em Bissau, 47 em Dakar) centradas em uma lista aberta de perguntas. Durante a pesquisa, tirei muitas fotos. Além disso, estudei a iconografia fotografias no arquivo do Institut Fondamental d’Afrique Noire (IFAN) em Dakar e no Arquivo Nacional do Senegal; informações, imagens e vídeos disponíveis na internet – e pesquisei outras – poucas – publicações acerca destas feiras. Vale a pena ressaltar que, para as três feiras, encontram-se bastantes referências na internet, entre outros no YouTube, e que estas feiras estão aconselhadas, como ponto turístico, no

11 Meus agradecimentos ao CNPq Programa ProÁfrica que, com uma dotação para o Projeto de Pobrezas para Desigualdades, possibilitou esta pesquisa. Agradecimentos especiais aos meus assistentes de pesquisa Paulo Verissimo (Cabo Verde), Fatoumata Camara (Senegal) e Silvia Martins da Silva (Guine Bissau). Agradeço também a Cláudio Furtado, Samba Tenem e Miguel de Barros pelos preciosos comentários ao meu texto.

serviço tripadvisor.com, por serem “retratos fiéis de um país”. A pesquisa corrobora que as feiras são bons lugares para se investigar temas quais imagens da economia e do mercado, consciência política, visões do estado, relações de gênero, relações interétnicas, relações entre gerações, imaginário de classe, percepção das desigualdades, e exposição e narrativas frente a crescente globalização.

Na economia dos três países desta pesquisa, as fontes de riqueza, que alimentam novas e crescentes desigualdades, são sempre menos visíveis, dando mais espaço para interpretações mágicas da mesma. É muitas vezes difícil saber explicar a riqueza extrema e súbita, sobretudo quando a origem desta riqueza não está clara ou ainda tem pouca história por ser um fenômeno relativamente recente. Sorte/mau olhado, contrabando, importação em grande estilo, corrupção, patrimonialização do estado, o mundo das drogas, vários tipos de royalties podem, a depender do contexto, ser a “explicação” da riqueza. Ainda mais difícil é verbalizar e tentar explicar a pobreza extrema e durável de alguns grupos. Frente a tanta pouca clareza, as feiras são percebidas como o lugar que torna a economia visível e seus mecanismos e regras aparentes, o lugar onde a mão invisível do mercado opera de forma visível. Isto é particularmente relevante em sociedades relativamente pequenas, onde uma parcela ainda comparativamente alta da população gravita em torno da feira – por ser lugar de compra e fonte de renda. Para usar uma expressão em inglês, o *market place* é o lugar onde compradores e vendedores se encontram, o *market principle* compreende a determinação dos preços dos trabalhos, dos recursos e da produção relacionada à tensão entre demanda e oferta, independente do lugar da transação. Quanto mais o princípio do mercado é invisível e distante da compreensão de uma grande parcela da população, tornando-se assustador, mais o lugar do mercado – a feira – torna-se a vitrine da economia.

Pesquisando nos Palop, deparei-me com uma tradição acadêmica e uma teia de contatos densa. Logo me dei conta de que valeria a pena, como parte de um projeto coletivo, tecermos uma rede centrada na construção de saberes transatlânticos e críticos. O propósito central desse projeto coordenado por mim (com a colaboração de Lilia Schwarcz e Omar Thomaz) e que recebeu uma importante verba do programa CPLP-Ciências Sociais do CNPq foi a criação de uma rede multidisciplinar de pesquisadores brasileiros e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (doravante, PALOPs), centrada na reflexão crítica da noção de “espaço lusófono”. Tal perspectiva privilegiaria a retomada do famoso debate que, desde os anos 1930, centrou-se na ideia de uma “matriz ibérica”, anunciada por autores como Charles Boxer, Richard Morse, Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Holanda, e recuperada, até os dias de hoje, a partir de interpretações ora mais positivas, ora mais negativas. Era nosso objetivo, também, realizar uma severa avaliação sobre a política de intercâmbios que vem

sendo empreendida entre intelectuais destes países e do Brasil. Esta rede integrava pesquisadores de diferentes disciplinas – História, Literatura, Sociologia e Antropologia – e áreas temáticas: estudos africanos, estudos afro-brasileiros e pensamento/teoria social. Central nesta reflexão foi a análise de uma série de conceitos que tem constituído um conjunto de saberes, de fato transatlânticos, que o filósofo congolês Valentin Mudimbe denominou de “biblioteca colonial”, pela qual o gerenciamento da África colonial sustentar-se-ia num único conjunto de saberes, limítrofe às ciências sociais da época, porém também em relação com as agendas político-culturais dos cientistas sociais. Tratava-se, segundo Mudimbe, de uma série bastante padronizada de livros (ensaio, textos ‘científicos’ e relatos de viagem) que todo governador tinha de ter em casa, conhecer e exhibir. Ele evidencia o funcionamento deste conjunto de saberes, no contexto do colonialismo inglês e francês.

Pretendíamos situar esta reflexão em um contexto mais amplo, internacional e comparativo, tentando conceber a construção da “biblioteca” como um fenômeno transatlântico – a interligar a Europa, à África e ao Novo Mundo – construído durante um longo período, inicialmente nas Américas e depois, com grande intensidade, na Ásia e na África. Continuidades e rupturas neste processo devem ser evidenciadas. Saliente-se que tanto as migrações de intelectuais do Terceiro Mundo para alguns centros de produção científica de ponta, como o desenvolvimento das ciências sociais em países como Índia, África do Sul e Brasil, contribuem para tornar mais complexa a geopolítica do saber tal qual tinha sido desenhada dentro dos grandes projetos coloniais. Levar adiante nossa proposta implicava revisitar a “biblioteca colonial” incorporando a construção daquela que poderia ser denominada de “biblioteca colonial lusófona”. Eis uma das contribuições centrais de nossa proposta: o enfrentamento de saberes (geralmente definidos e interpretados com referência unicamente de sua origem nacional), sob um prisma eminentemente internacional e comparativo. Destaque-se ainda que tentativas de pensar o Brasil em conjunto com os PALOPs como sendo, pelo menos em alguns aspectos, interligados por uma história comum, têm sido tradicionalmente enfraquecidas, sobretudo em função da forte influência da celebração da lusofonia em si. Ou seja, a lusofonia aparece definida como uma forma de colonização particular, num primeiro momento, e de “civilização”, já em um segundo, por definição intrinsecamente tolerante, inovadora e até libertadora. O uso desta lusofonia como espaço de intercâmbio intelectual estava de fato imbuído de uma boa dose de lusofilia.

Tal postura já pode ser encontrada nos primeiros trabalhos de Arthur Ramos e Menotti Del Picchia, entre tantos outros, e foi ampliada e de certa maneira internacionalizada, seja sob o prisma de Gilberto Freyre, seja a partir de perspectivas marcadamente culturalistas, segundo as quais, a língua portuguesa se tornaria um

fim em si mesmo. Estas últimas perspectivas se fazem especialmente presentes nas iniciativas editoriais da Comissão Nacional para a Celebração dos Descobrimentos Portugueses, responsável, entre outras, pela celebração dos 500 anos do descobrimento do Brasil. No entanto, novas correntes de historiadores e uma série de críticos literários têm revelado como estudar nexos não implica a afirmação de uma identidade congelada no tempo, indiferente ao território e devedora da virilidade lusitana. Conexões existiram e existem entre estes distintos contextos nacionais marcados, de forma diferenciada sem dúvida, pela lusofonia. De maneira geral, além da ameaça de coerção, um Estado nascente define-se por mecanismos disciplinares positivos, situados, no caso, no nível da constituição de uma cultura nacional. No Brasil, segundo o esquema clássico de Antonio Candido, o esforço de criar uma literatura independente associava-se desta maneira à noção da atividade intelectual como tarefa patriótica de construção nacional. Na África, de forma similar, as elites nativistas recrutaram suas lideranças por entre as camadas letradas. Tal como aqui, a experiência estética tinha assim uma dimensão política, compromissada com a história da nação. Formados de grupos étnicos diversos, em um território onde conviviam as mais disparens situações econômicas e sociais, os novos Estados africanos deviam sua integridade e, portanto, o seu futuro, à consolidação de uma identidade nacional ainda incipiente. Paradoxalmente, é a língua do colonizador que servirá de elemento aglutinante das diversidades locais.

A partir dos debates nesta rede nos anos de 2009 e 2010, resolvemos desenvolver um Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Portuguesa. Idealizamos nosso projeto de Dicionário nos detalhes, criamos um modelo de verbete e de carta convite e procedemos à seleção dos colaboradores. Inicialmente, tínhamos previsto convidar cerca de 90 colaboradores para a produção de verbetes mais curtos. Após avaliar muitos esboços de verbetes, resolvemos reduzir o número dos mesmos para cerca de 25, aumentando bastante o comprimento do texto. Selecionar e contatar os colaboradores, instalados em diversos países, sobretudo da CPLP, revelou-se mais difícil e trabalhoso do que previsto. Esse pretendia ser um livro introdutório ao universo luso, afro, brasileiro tendo como eixo a realização de alguns verbetes temáticos, obrigatoriamente abrangentes e comparativos. Como pretendíamos uma obra de amplo público, portanto, solicitava-se que seus autores adotassem linguagem acessível e de divulgação. No Congresso Anual da Anpocs de 2014, finalmente, lançamos nosso dicionário. Este é um projeto, coordenado por Cláudio Furtado e por mim, que deverá ter constantemente adequações e ampliações, acrescentando verbetes e autores e que, assim que possível, deverá disponibilizar uma versão interativa e colaborativa na web, um projeto cujo embrião já nomeamos de Lusopedia.

Como já mencionei, a partir do meu ciclo de conferências pela África do Sul, Senegal e Benim em 1999 e, sobretudo, a partir da criação do Posafro, sobre a qual falo mais adiante, tenho tentando realizar pesquisa em questões africanas, tanto realizando pesquisa etnográfica no próprio continente, como cheguei a fazer em Cabo Verde, Senegal e, mais recentemente, Guiné-Bissau, como realizando estudos em arquivos. De repente, surgiu-me uma oportunidade magnífica de realizar pesquisa sobre um importante líder e intelectual que tinha transitado entre África, Europa e Américas.

Por volta de 2011, em um daqueles imprevistos que se dão quando se revira um arquivo, deparei-me com a passagem de Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique por várias universidades norte-americanas durante 12 anos, de 1950 a 1962, enquanto eu fazia pesquisa sobre três grandes iniciadores dos estudos afro-brasileiros nos Estados Unidos: E. Franklin Frazier, Lorenzo Dow Turner e Melville Herskovits. Assim, pesquisando sobre a Bahia, encontrei uma série de documentos interessantes e centrais sobre a passagem de Mondlane pela academia: a dissertação de mestrado e a tese de doutorado que ele defendeu em sociologia, sempre com o apoio do ilustre antropólogo Melville Herskovits, na Northwestern University; a correspondência por ele mantida com o próprio Herskovits (fundador do mais importante departamento de estudos africanos em 1948, e provavelmente o antropólogo africanista mais famoso e poderoso daquela época) e com o igualmente conhecido antropólogo Marvin Harris; a correspondência com outros pesquisadores norte-americanos; e documentos sobre várias atividades em universidades norte-americanas.

Nesta pesquisa, a partir da análise da correspondência, concentrei-me na análise da vida de Mondlane, rica em complexidade, focando em sua produção acadêmica, especialmente os longos 12 anos que ele passou nos Estados Unidos, e seu trânsito no meio acadêmico, a sociologia e a antropologia. A correspondência encontra-se nos Melville Herskovits Papers, African Collection da Melville Herskovits Library, na Northwestern University, em Evanston, e nos recentemente disponibilizados para o público Marvin Harris Papers, no National Anthropological Archive, Smithsonian Institute, em Suitland, Virginia, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), no Arquivo Histórico de Moçambique (Maputo) e nos arquivos da família Mondlane mantidos pela Fundação Eduardo Mondlane (Maputo). Outros documentos foram disponibilizados, com grande espírito de colaboração, por Oberlin College Archives e Roosevelt University Archive. Tenho realizado pesquisa em todos estes arquivos. Recentemente, em março de 2016, graças a um convite das Northwestern University, University of Chicago, Oberlin College e Ohio State University, tive a oportunidade de passar quinze dias nos arquivos de Oberlin e Northwestern.

Meu mais recente projeto de pesquisa, iniciado na ocasião de meu estágio pós-doutoral sênior no Centro de História da Cultura da Universidade de Pádua, de setembro de 2013 até setembro de 2014, chama-se “A Escola Lombroso” e a América latina: *home science*, redes transnacionais e a formação das ciências humanas em Salvador, Buenos Aires/La Plata e Havana (1889-1930). Trata-se de um desdobramento e aprofundamento de minha pesquisa (que recebeu apoio da Fapesb) sobre o trânsito internacional das ideias de raça e emancipação do racismo. A justificativa da pesquisa deve-se ao fato de que a relação entre antropologia e os colonialismos e os eventuais discursos raciais ou anti-racistas produzidos no âmbito desta relação têm sido realizados, essencialmente, dentro de ecumenias linguísticas, sobretudo a anglo-saxônica e, em época mais recente, francesa e portuguesa. Estas relações têm se dado, porém, também dentro de ecumenias menos determinadas pelo uso de uma língua colonial comum ou pelo aproveitamento da própria máquina colonial por parte dos pesquisadores e mais construídas em torno de paradigmas científicos, como, por exemplo, aquele da antropologia criminal ou da construção de museus (sobretudo, do desviante e do africano). Um caso que nos permite falar de um projeto nas margens dos impérios coloniais ou em suas periferias é aquele que analisa a comunidade científica da antropologia criminal, uma ciência positiva inspirada por Cesare Lombroso e a Escola Positiva de Antropologia e Direito que ele criou. Tratou-se de um caso de *home science*, de um paradigma científico construído não tanto a partir de um instituto universitário propriamente dito, mas sim em torno do gabinete, do museu pessoal e da própria residência de um pesquisador, com a colaboração das duas filhas (Gina e Paola Lombroso), dos dois genros (Guglielmo Ferrero e Mario Carrara) de vários “fedelissimi” – importantes pesquisadores e ativistas que eram assim chamados afetuosamente, mas também de forma autoritária, por serem absolutamente fiéis ao mestre Lombroso, como o jurista Enrico Ferri e o médico legista e “policiólogo” Salvatore Ottolenghi, considerado o pioneiro da polícia científica e da moderna ficha de identificação policial. A partir desta *home science*, baseada em Turim, desenvolveu-se uma grande e duradoura rede internacional que ligou Lombroso e seus colaboradores mais estreitos (Gina Lombroso, Enrico Ferri, Mario Carrara, Guglielmo Ferrero, Salvatore Ottolenghi, Nicefaro, Scipio Sighele e Giuseppe Sergi), sobretudo a médicos, psiquiatras, juristas, antropólogos e antropólogos forenses em Havana, Cidade do México, Lima, Buenos Aires, Montevideu, São Paulo, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Esta rede poderia ser chamada de uma galáxia, com um centro, subcentros, satélites e periferias.

Permito-me mencionar somente alguns exemplos da influência lombrosiana em nossa região. O primeiro livro de Fernando Ortiz, *Los Negros Brujos*, assim como um dos primeiros livros de Raimundo Nina Rodrigues, *As Coletividades Anormaes*,

tiveram, em sua primeira edição, um prefácio de Lombroso. Ortiz frequentou o gabinete de Lombroso em Turim quando era Cônsul da recém-independente República de Cuba em Marselha e depois Genoa. Guglielmo Ferrero e sua esposa Gina Lombroso e, mais tarde Enrico Ferri viajaram para América latina – a convite da Academia Brasileira de Letras e do prestigioso periódico argentino *La Nación* – várias vezes entre 1907 e 1910. O intelectual ítalo-argentino José Ingenieros (que nasceu em Palermo e se chamava Giuseppe Ingegneri antes de adotar já em Buenos Aires seu nome hispânico), reconhecido como o pioneiro da sociologia argentina, correspondia-se com Lombroso, visitou seu gabinete e o admirava como um mestre, também por seu laicismo e positivismo. O advogado criminalista Ferri continuou se relacionando com os “policiólogos” destes países até sua morte em 1927, sendo ele, finalmente, um dos mentores do Código Criminal Italiano Rocco, que foi fonte de inspiração para a reforma dos códigos em muitos países da América latina. O *Manuale di Polizia Scientifica* de Ottolenghi foi usado durante décadas nas academias de polícia de toda América latina. No que diz respeito às ciências sociais, esta influência diminuiu por um conjunto de motivos a partir dos anos de 1930 quando se formam as primeiras universidades no Brasil, mas continuou muito importante nos campos do direito, da policiologia (ou ciências policiais), na medicina legal e em outros âmbitos da medicina, como a endocrinologia, até pelo menos os anos de 1960. Até a década de 1970, muitos dos principais prêmios na área do direito e da medicina legal, em vários países da América latina, eram dedicados ao nome de Cesare Lombroso. Minha tese inicial é que uma pesquisa sobre a circulação das ideias de raça e emancipação entre Europa do Sul e América latina precisa dar a devida atenção à assim dita escola de Lombroso.

É no próprio gabinete de Lombroso que começa minha pesquisa. Se a influência da Escola Positiva na América latina é geralmente aceita e reconhecida pelos historiadores da ciência e, de forma especial, da antropologia, muito menos claro é como esta influência efetivamente se configurou e de como funcionava esta “galáxia” – a rede, as trocas e as relações de poder que nela e por ela vieram a existir. Nos últimos vinte anos, entre antropólogos e historiadores das ideias tem havido uma retomada de interesse em torno de Lombroso e da escola de criminologia positiva italiana. No seu centenário de morte, em 2009, aconteceram na Itália e alhures uma série de simpósios, e Lombroso tornou-se tema ou personagem principal até de romances de sucesso. Mesmo assim, nas mais recentes grandes obras sobre a vida e o ambiente intelectual do estudioso publicadas na última década na Itália e na França, não há menção alguma a seus vínculos com a América Latina. Tampouco existe mais que uma simples menção desta rede nos textos de pesquisadores anglo-saxônicos sobre a figura de Lombroso, como no importante livro que Mary Gisbon publicou em 2002. Nas pesquisas realizadas no Brasil e no resto da América latina, há menção da

influência lombrosiana, mas jamais citação da correspondência ou relatos de viagens de antropólogos e criminalistas latino-americanos a Itália e vice-versa (veja-se, por exemplo, o extensivo trabalho de Gomes da Cunha publicado em 2003). Ora, houve correspondência e intercâmbio que precisam ser descritos. A saudosa Mariza Correa, autora da obra mais completa sobre a trajetória intelectual de Nina Rodrigues e o pensamento racial no Brasil no período de 1880 a 1910, publicada inicialmente em 1982, assegurou-me pessoalmente que no Brasil nenhum pesquisador havia efetivamente analisado esta correspondência.

64 — Durante a primeira fase de minha pesquisa, cuja duração foi de um ano, tentei levantar dados originais sobre um intercâmbio internacional até agora pouco ou nada pesquisado, embora muitas vezes citado, assim como sistematizar os dados e os achados da pesquisa sobre o trânsito transatlântico das ideias de raça no mundo latino. Tratou-se, essencialmente, de pesquisa nas bibliotecas, arquivos, acervos, e museus relacionados a Lombroso e sua escola (o Gabinete) e rede de contatos; além disso, foram analisados todos os textos sobre a questão racial produzidos no âmbito da “galáxia” Lombroso, assim como textos mais recentes que refletem sobre sua obra e seu impacto mais amplo. Também foram fichadas todas as correspondências com autores latino-americanos ou referentes a esta região, assim como a correspondência relativa à África, africanos ou negros e outros “tipos raciais”. Durante este primeiro, ano objetivei realizar uma pesquisa, mais detidamente nos arquivos do Museu Lombroso em Turim, sobre a correspondência de Lombroso e sua escola com intelectuais latino-americanos, sobretudo Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Leonídio Ribeiro (no Brasil), Fernando Ortiz (Cuba) e José Ingenieros (Argentina). Durante esta minha estadia na Itália, fui pesquisador associado do Centro Interuniversitário de História Cultural da Universidade de Pádua, um centro internacional de excelência, onde realizei um estágio pós-doutoral sênior com bolsa da Capes entre setembro de 2013 e setembro de 2014, e com o qual venho mantendo contatos. A partir da minha volta para o Brasil, em outubro de 2014, venho pesquisando na imprensa da época, nos ricos arquivos da ABL, BN, AN, do Arquivo do Estado de S. Paulo, na Faculdade de Direito da USP, na hemeroteca da Biblioteca Mario de Andrade, no Centro de Estudos Brasileiros da USP e na Hemeroteca Digital da BN. O foco desta pesquisa tem sido as viagens pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Chile entre 1907 e 1910, de um conjunto de intelectuais italianos, associados àquela que eu chamo de Galáxia Lombroso, a convite da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do periódico argentino *La Nación*. O estudo destas viagens ilumina uma fase específica das relações intelectuais entre nossa região e a Itália, muitas vezes com a participação de intelectuais espanhóis e portugueses, em torno da construção de noções de raça, degenerescência, atavismo, e ascensão/decadência de um determinado povo – temas centrais no debate daqueles

anos. Na base de pesquisa realizada tanto na Itália como no Brasil e, ainda que de forma exploratória, na Argentina, tenciono reconstruir o momento, o clima político e o debate suscitados pelas visitas de Guglielmo Ferrero e sua esposa Gina Lombroso, e as duas viagens do jurista e sociólogo da criminalidade Enrico Ferri. Embora nestas viagens estes intelectuais não tinham visitado a Bahia, sua vinda para o Brasil teve um importante impacto sobre o debate entre pesquisadores na Bahia.

Com relação à motivação e à relevância deste último projeto de pesquisa, preciso salientar que o tema desse estudo representa um desdobramento de meus interesses, tanto os antigos (o trânsito internacional das ideias de raça e emancipação do racismo, o multiculturalismo) quanto os recentes (um olhar antropológico sobre o lugar das exposições, dos museus e dos processos de patrimonialização na criação de identidades de cunho etno-racial). Interesse-me pelos racismos desde minha graduação; tenho pesquisado, em vários contextos, a relação entre globalização e processos identitários; a interface entre desigualdades duráveis, culturas e identidades; e venho, há cerca de 10 anos, retomando meus interesses pelo trânsito de ideias de raça e antirracismo entre Novo e Velho mundo. Pesquisei a internacionalização e globalização dos ideais e práticas em torno do multiculturalismo. Investiguei como a noção de africanismo foi criada entre os anos de 1930 e 1940 na Bahia por pesquisadores americanos e franceses em diálogo com colegas brasileiros, para depois reverberar nos Estados Unidos e na própria África. Tenho também me interessado pelas biografias de pesquisadores deste contexto internacional (Melville Herskovits, Franklin Frazier, Lorenzo Turner, Alfred Metreux) e ativistas africanos com formação em ciências sociais (Eduardo Mondlane). Mais recentemente estou pesquisando a política dos patrimônios, dos arquivos e dos museus no contexto das culturas afro-brasileiras e de alguns países africanos (Cabo Verde, Senegal e, ainda mais recentemente, Guiné Bissau); nos últimos anos, tenho dado mais atenção à interface entre a questão étnico-racial e políticas de patrimonialização da cultura.

### **Projetos na pós-graduação e de extensão**

Quando me instalei de novo na UFBA em 2012, havia somente dois programas de pós-graduação, um em ciências sociais e outro em história na FFCH. Tornei-me professor permanente do PPGCS, um programa do qual ainda sou colaborador. Em 2005, meus colegas e eu criamos o Programa Interdisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos (Posafro). Este programa, inspirado tanto pelos programas de ethnic studies na Europa e em Norte-América como pelo CEPPAC da UNB (um programa de pós-graduação interdisciplinar sobre as Américas, parecido com o nosso por sua ênfase regional), foi, desde o começo, e ainda é, um projeto experimental e desafiador, ao

qual desde o início, dedico muita energia a esse projeto. Fui o primeiro coordenador do Posafro durante quatro anos. Quando, dois anos mais tarde se formou o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), tornei-me professor permanente também deste programa. Vale a pena salientar que muitas das disciplinas optativas ministradas no Posafro são oferecidas também para os alunos do PPGA.

Com relação às atividades de extensão, diria que a mais importante tem sido a institucionalização do Curso Fábrica de Ideias como curso avançado intensivo em nível de pós-graduação em estudos étnicos e africanos. Nos últimos anos a equipe coordenadora deste projeto é integrada por Jamile Borges, Cláudio Furtado e eu próprio, com a colaboração de vários outros colegas como Valdemir Zamparoni, Maria Rosário de Carvalho, Marcelo Cunha. Reconhecido como disciplina no Posafro e no PPGA, com 68hs aulas durante 14 dias, o curso oferece desde 2012 quatro créditos para os alunos que o acompanham assiduamente e com bom desempenho. Sua singularidade está no fato de que o acesso às vagas, normalmente até 50, se dá por uma seleção nacional e internacional. O principal objetivo do curso, que desde que se mudou para a UFBA em 2002 recebeu regulamente o apoio de Cnpq, Capes e Fapesb, é oferecer uma perspectiva internacional sobre os estudos étnicos e africanos aos alunos, proporcionando uma experiência intensa em termos de intercâmbio entre discente, oriundos de vários estados e países, e entre os discentes e os docentes convidados – sempre pesquisadores de renome. Graças à participação no curso, muitos alunos conseguiram estabelecer contatos internacionais que em seguida foram essenciais para a realização de doutorados sanduíche ou a participação em redes de pesquisa internacionais. Os temas centrais do curso variam a cada ano, compreendendo as questões de classe e desigualdades, gênero, corpo e sexualidade, colonialidade e de-colonialidade. A partir de 2010, com a criação do projeto nacional para a Criação do Museu Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira, sempre a partir do programa permanente de extensão Fábrica de Ideias, os temas do curso têm se afinado com aqueles do Museu Digital. Patrimônio, memória e identidade foi o tema da 13ª edição do Seminário Internacional Avançado Fábrica de Ideias em 2011. Nosso objetivo era refletir sobre os processos de patrimonialização da cultural material e imaterial de minorias étnico-raciais, sobretudo no Sul do mundo – um lugar caracterizado pelo relativo pequeno número de museus e arquivos –, considerando as dinâmicas, os impactos e as conseqüências desse processo na construção e no fortalecimento das identidades étnico-raciais e na política da diversidade. O curso tem acontecido em Salvador, no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da FFCH/UFBA e na UFRB em Cachoeira (BA); em 2015, ocorreu, excepcionalmente, no ISCTE em Lisboa, no âmbito do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, e no mês de março de 2017 deverá se realizou em São Luis na UFMA. Para

o próximo triênio, e levando-se em conta o atual momento de crise das agências de fomento brasileiras, estamos tentando costurar uma parceria com o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Bayreuth, Alemanha, que deverá contar com o apoio da Fundação Volkswagen. Esta verba permitirá tornar nosso curso ainda mais internacional, com uma sessão na Bahia em 2017, uma segunda em Bayreuth e uma terceira em 2019 em Maputo. Mais informações sobre este curso avançado podem ser encontradas no site <[www.fabricaideias.ufba.br](http://www.fabricaideias.ufba.br)>. Além do curso intensivo anual, o Programa Fábrica de Ideias tem organizado, ao longo do tempo, vários minicursos sobre temas relevantes para os estudos étnicos e africanos, entre outros, a formação dos museus na África e das coleções africanas nos museus europeus, lutas de memória na África pós-colonial, a antropologia da antropologia biológica, fundamentalismos islâmicos.

Uma terceira importante atividade na interface entre extensão, pesquisa e inovação tecnológica tem sido o desenvolvimento, a partir das atividades do Curso Fábrica de Ideias, do Museu Afrodigital, um museu digital baseado em uma rede de seis estações em vários Estados e Universidades do Brasil e, há pouco tempo, em Portugal. O projeto, que já conta com cadastro no IBRAM e recebeu o apoio de várias FAP's (inclusive a Fapesb), do Programa Pró-Cultura da Capes e da Finep, está baseado em três noções principais: doação digital, repatriação digital e generosidade digital. O novo site da Estação Bahia, ainda em construção, já se encontra disponível no site <[www.museuafrodigital.ufba.br](http://www.museuafrodigital.ufba.br)>, e foi lançado no âmbito do Congresso sobre os 70 anos de UFBA de 14 a 17 de Julho de 2016.

### **Organização de eventos**

No CEAO, organizei vários colóquios e ciclos de palestras como parte das atividades promovidas pelo Programa Fábrica de Ideias, que desde 2006 se tornou um programa permanente de extensão em nível de pós-graduação, cadastrado na Pró-reitoria de Extensão e associado ao Posafro.

Desenvolvi igualmente mais um conjunto de atividades graças ao apoio do Sepsis Program da Holanda, que incentivava os intercâmbios Sul-Sul, e pelo qual fui responsável no Brasil e resto da América latina no período 1998-2005. Depois desta data, Sepsis escolheu indicar alunos de doutorado para esta tarefa de coordenação, e eu fiquei na função de assessor do projeto. Em 2012, o programa Sepsis, muito infelizmente, foi extinto, como parte de uma guinada conservadora do governo e do Estado holandês, que desde então não tem dado sinais de melhora.

Também tenho sido bastante ativo tanto na ABA como na Anpocs, na coordenação de GT e organização de atividades como mesas e simpósios, assim como na

participação de comissões de trabalho e do conselho da revista BIB. Em menor escala, também participei de atividades da SBPC e SBS, e da organização do Conlab de Luanda. Tampouco me furtei de participar, como parecerista, de vários concursos de publicações e teses promovidos pela ABA e pela Anpocs, frequente com o apoio da F. Ford e da Capes.

Em agosto 2006, organizei a Fábrica das Fábricas de Ideias, um congresso com cerca de 300 participantes, que recebeu o apoio de Cnpq, Capes e Fapesb, e que fez a síntese sobre dez anos do Curso Avançado Fábrica de Ideias, reunindo vários antigos “fabricantes” com uma série de pesquisadores nacionais e estrangeiros de renome.

Sem dúvida, em termos de organização de eventos, a Presidência do XI Conlab (Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais) foi meu maior desafio – um grande congresso e o maior teatro acadêmico no qual atuei. O Congresso ocorreu no campus da UFBA em agosto 2011 contando com a presença de cerca de 3500 participantes e mais de 1800 papers disponibilizados na homepage do evento. Neste Congresso, foi fundada a Associação Internacionais de Ciências Humanas em Português (AIILP) para a qual fui eleito vice-presidente, cargo que mantive até o próximo Conlab organizado em Lisboa em 2015, quando, como de praxe, elegeu outra direção.

Desde minha presença na direção desta associação, foram se intensificando os contatos, não somente com pesquisadores e instituições dos PALOP, mas também em Portugal. Passei a colaborar com projetos encaminhados junto à FCT pelo ISCTE e ISC em Lisboa, assim como a ministrar, com certa regularidade, palestras nestas instituições. Além de me permitir incluir Portugal em meus horizontes acadêmicos, estas colaborações me brindaram com a possibilidade de consultar a riquíssima documentação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, sobretudo referente ao arquivo da Pide e ao arquivo pessoal de Antônio Oliveira Salazar, para minha atual pesquisa sobre Eduardo Mondlane.

Tive o prazer de organizar na África dois importantes eventos internacionais: um colóquio na ilha de Gorée, Senegal em dezembro de 2002, com o apoio do Sepsis, e outro colóquio no Inep, Guiné-Bissau, com o apoio do CNPq em abril de 2013. Os dois eventos resultaram em duas coletâneas, uma que organizei junto com Elisé Soumonni e Boubacar Barry e publicada em inglês pela Africa World Press e em Francês pela Karthala, e outra organizada por Claudio Furtado – que inclui um meu texto sobre as feiras africanas – publicada pela Edufba.

Nos últimos anos, sobretudo após minha experiência na Assessoria de assuntos Internacionais da UFBA, tenho me engajado na reflexão crítica sobre o que deveria ser a internacionalização do meio acadêmico. No encontro da Anpocs de 2015, organizei o Fórum Luzes e Sombras da Internacionalização. Para o encontro da Anpocs de 2016, que se realizou em um clima polêmico e de protesto, entre outras coisas

pela extinção do MCTI, organizei e coordenarei a mesa “O desafio da comparação internacional”, da qual participarão Omar Thomaz (Unicamp), Adalberto Cardoso (IESP), Cláudio Furtado (UFBA) e Joanildo Burity (FJNabuco). A proposta desta mesa surge como um desdobramento do debate realizado no Fórum mencionado anteriormente que, após avaliar o que hoje significa a internacionalização para nossa pós-graduação, evidenciou a necessidade de uma reflexão crítica dos objetivos da comparação internacional. Esta mesa tenciona refletir, a partir de perspectivas inspiradas pelas ciências políticas, a sociologia e a antropologia, sobre a metodologia e a política da comparação internacional. A comparação internacional, na maioria das vezes e quase de forma obsessiva com os Estados Unidos ou algum país da Europa, tem sido presente nas ciências sociais desde sua alvorada. Em alguns âmbitos, como, entre outros, os estudos sobre as hierarquias raciais, os movimentos indígenas e o indigenismo, as relações de gênero e da sexualidade, o funcionamento da burocracia e da corrupção, a pobreza e os mecanismos para sua redução, poderia se até dizer que a comparação se tornou norteadora ou constitutiva da pesquisa. Sobretudo a partir da última década, há mais projetos comparativos ao longo do eixo Sul-Sul e/ou dentro da América latina. Na maioria dos casos, tem se tratado de uma comparação implícita, mais do que explicitada na metodologia de pesquisa. O tema tem grande atualidade. Por um lado, as ciências sociais estão expostas a uma crescente globalização dos ícones (daqueles indicadores que qualificariam a cidadania ou o bem-estar) e estamos assistindo a uma forte transnacionalização dos paradigmas interpretativos – que se tornam, por assim dizer, menos nacionais. Por outro lado, em várias regiões do mundo, e com mais força na América latina, percebe-se a agudização das tensões políticas nacionais – dentro das quais, sobretudo por parte dos novos meios de comunicação e informação, procede-se a inúmeras tentativas de comparação internacional, muitas vezes unilateral e mesmo politizada. A comparação parece, por vezes, mais um recurso retórico, facilitado pela narrativa polarizada que anda frequentemente junto com as polêmicas internacionais, mais do que um instrumento do método, algo pensado para iluminar aspectos e fenômenos se não pouco em evidência. Nesta mesa pretendemos, primeiramente, avaliar criticamente algumas experiências em termos de comparação. Segundo, quisemos oferecer elementos para uma agenda de pesquisa que aponte na direção do que podemos chamar de uso estratégico da comparação internacional, que deve deixar de ser considerada um fim em si para se tornar um meio para atingir melhor qualidade em nosso trabalho. Nesse pormenor, demos especial atenção a diferentes metodologias comparativas utilizadas pelas três disciplinas das ciências sociais representadas na mesa, a partir das especialidades de cada membro.

Por fim, cabe salientar que tanto a organização destes eventos, quanto as atividades no Posafro, no curso Fábrica de Ideias e o desenvolvimento do Museu Digital

tencionam contribuir à internacionalização da pós-graduação na UFBA assim como à consolidação dos estudos étnicos e africanos no Brasil.

### **Cargos de chefia**

Durante estes quatorze anos estive quase oito anos em um cargo de coordenação ou chefia. Coordenei o Posafro por dois mandatos, durante quatro anos, de 2005 a 2009. Em 2011 e 2012, fui por durante quase dois anos o Assessor Internacional da UFBA. Esta foi uma experiência interessante pelas possibilidades de pensarmos em um plano de internacionalização da UFBA e em projeto de inclusão na internacionalização como o programa Inglês para Todos que prevê a oportunidade para todos os bolsistas PIBIC de aprender uma língua estrangeira como parte de suas atividades, mas também, porque dei me conta de quanto era difícil conhecer bem uma instituição grande e complexa como a UFBA assim como mudar até parte pequena de sua rotina e inércia. A partir de Janeiro de 2015, fui por durante dois anos chefe do Departamento de Antropologia. A direção de departamento tem sido uma experiência de vida. Minha colega Nubia Rodrigues, tentando me convencer a aceitar este cargo, uma vez falou que ser chefe de departamento “nem mata nem engorda”. Pretendo discordar, com todo respeito. Tentar ser um bom chefe é um processo que nos obriga exercer algumas de nossas melhores, e por vezes escondidas, qualidades: ser patri-maternal. Lidar com os vários colegas, cada um com suas qualidades e idiosincrasias, estimulando a generosidade e efetivando a melhor parte das regras que deveriam reger o convívio acadêmico representa, a meu ver, uma etapa importante de nossa trajetória como acadêmicos.

### **Livros e projetos de livro**

Nestes quatorze anos, organizei cinco coletâneas – três delas junto com outro colega – e redigi um livro autoral (escrito e publicado em inglês e depois em português). Cada coletânea apresentava os resultados de colóquio ou de um projeto de cooperação. O livro O projeto Unesco no Brasil: textos críticos resultava de um colóquio, “Raça: novas perspectivas antropológicas” apresentava a produção induzida pela Comissão de Relações Étnicas e Raciais da ABA, “Memórias da África” foi um dos produtos de um Procad que organizei e coordenei junto a Wilson Trajano (PPGA da UNB) e Antonio Motta (PPGA da UFPE) de 2010 a 2014, “A Política do Intangível” foi um produto do projeto Procultura apoiado pela Capes que coordenei, de 2011 a 2015, junto com Antonio Motta (PPGA, UFPE) e Sérgio Ferretti (PCS, UFMA), tendo como foco a criação da rede nacional de nosso Museu Digital, e, por fim, o

Dicionário Crítico das Ciências Sociais em Língua Portuguesa (que organizei junto com Cláudio Furtado) resultava do projeto anteriormente detalhado de rede entre pesquisadores dos países de língua portuguesa que foi apoiada pelo CNPq.

Para o futuro próximo, estão previstas mais duas coletâneas e três livros autorais. O livro *The struggle on memory. Biographies, locations/ places, archives, monuments and museum in today's Africa*, uma coletânea que organizo com Cláudio Furtado e que será publicada em inglês e logo em seguida em português, apresenta dezoito textos originais de autores africanos ou que pesquisam na África sobre a autêntica luta de memória e patrimônios que se desenvolveu na África na ocasião da celebração dos 50 anos da independência, 40 no caso dos Países. Estas lutas e tensões se dão em torno de monumentos, museus, sítios, memoriais, panteões dos heróis nacionais, biografia de líderes da luta de liberação, hinos nacionais e celebrações de datas importantes. A segunda coletânea, em italiano, que organizo junto com Francesco Pompeo, da Universidade Roma 3, apresenta uma seleção dos papers apresentados no colóquio Global Lombroso que organizei em maio de 2014 na Biblioteca de História Moderna e Contemporânea em Roma. Os três livros que estou trabalhando tratam, respectivamente, da Galáxia Lombroso na América latina, da biografia intelectual de Eduardo Mondlane e de como a África é vista pelas suas bordas e limites. O primeiro livro, estou escrevendo em italiano enquanto os outros dois em inglês. Conto terminar os primeiros dois ainda este ano e o terceiro em 2018.

Neste momento, há três capítulos de livro no prelo: com Zed Books de Londres, com a Editora da UFMA e com a editora Azogue do Rio de Janeiro.



## Um balanço final: O futuro de um homem com 60 anos



Sem nenhuma presunção de ser exaustivo tentei neste memorial dar uma ideia geral daquilo que me orientou e inspirou nestas quatro décadas de atividades. Existe uma cronologia, evidente, mas o gosto retrô, cá e lá, se afirma. Nem sempre gostamos das coisas que são a nos contemporâneas. Aliás com o tempo tendemos a ter mais saudade do passado do que curiosidade para o futuro. Da minha exposição se deduz, facilmente, que nos todos mudamos e que vivemos em sintonia com o nosso tempo, mais do que em constante mudança.

Tenho pesquisado a questão racial, ou questão negra, em vários contextos e, sem perder esta questão de vista, tenho tentado contribuir ao crescimento dos estudos africanos a partir do Brasil. Convicto, como sou, de quão importante é uma abordagem crítica Sul-Sul, para construirmos uma perspectiva de-colonial. Minha formação começou em Palermo, depois Roma. Consolidou-se em Londres e Amsterdam. Minha atividade profissional começou nesta última cidade, passou para Salvador, depois Rio e de novo Salvador. Isto com passagens por outros países de universidades onde fiz pesquisa ou estive como professor ou pesquisador visitante. Como lidar com tantas lembranças e contatos? Descrever e lembrar significa escolher, como nos ensinam os historiadores. Em um ato que não há nada de inocente.

Pensar no futuro, planejar minhas próximas décadas também coloca a questão da escolha. E isto me provoca angústia. Preciso, finalmente, aprender escolher e ficar focado. Aceitar que não poderei realizar todos os projetos, pesquisas, leituras e viagens que desejaria, nem voltar para todos os lugares interessantes que já visitei. Abraçar o mundo, como sempre quis, com sessenta anos de idade já é mais difícil,

embora acho que vou continuar tentar. Escolhi certo ativismo acadêmico, que, por exemplo, tem me levado organizar vários livros e projetos coletivos, porém menos livros individuais do que teria querido. Tenho me engajado com comissões sobre temas de discriminação racial e da ética da pesquisa neste âmbito, como na Comissão de Relações Étnica e Raciais (CRER) da Associação Brasileira de Antropologia. A Fábrica de Ideias, sobretudo, tem exigido bastante tempo e energia. Este projeto tem sido um dos primeiros a efetivar algum tipo de ação afirmativa em nível de pós-graduação em prol dos negros e dos estudantes de universidades mais periféricas. Deste esforço não me arrependo. Aliás, poderia e deveria ter feito mais no sentido de criar melhores oportunidades para que mais pesquisadores negros tenham, por exemplo, melhor acesso e trânsito em interessantes debates internacionais. Ainda posso me esforçar neste sentido.

74

Outra fonte de angústia é o que fazer com nossa vida pessoal. Por um lado, nosso gosto, prazeres, educação dos filhos, forma de lidar com a família, nossa vida amorosa e nossas amizades são co-determinadas por nossas escolhas profissionais, no meu caso como antropólogo – e como não poderia ser. Por outro lado, como resguardar a parte mais íntima de nossa vida pessoal da politização mais explícita. E como ter tempo para tudo isso...

Vale a pena agora se perguntar o que consegui realizar de fato nestas quatro décadas de atividades aqui descritas. Tive momentos difíceis, e como não os teria. Alguns anos atrás, uma colega muito próxima, de forma absurda, insinuou que eu havia praticado um plágio, acusando-me de publicar em uma revista o texto de um folheto do CEAQ, centro onde estou instalado desde 2002, como se fosse um meu artigo. A comissão de inquérito me livrou totalmente desta curiosa acusação, mas neste doloroso processo me dei conta de quão fácil é acusar e quão é difícil provar a própria inocência, e de como é importante no meio acadêmico se esforçar para que colegas com os quais se tem divergências possam até ser adversários, mas jamais sejam transformados em inimigos. Na universidade precisamos zelar para que regras do convívio sejam inspiradas, mais do que por competitividade, por generosidade e companheirismo. Outro desafio foi aprender lidar com duas situações que estão ainda fortemente presentes no meio intelectual baiano.

A primeira é aquele fenômeno que Anibal Quijano definiu como a colonialidade do poder – a persistência de regras de comportamento e do exercício do poder criados no contexto colonial e que continuam mesmo quando a condição colonial deveria ter se extinto. Salvador é uma cidade de passado colonial, como a minha nativa Palermo na Sicília. Esta colonialidade da elite, sobretudo aquela econômica e política, tem levado à postura que os historiadores têm rotulado de bovarismo: não aceitar a própria realidade, e o próprio povo, para sonhar com um povo que não é nosso e

explicar desta forma a origem da maioria dos problemas – o fato de não termos o povo “certo” ou adequado, ou sonharmos com outro contexto ou país, quase sempre “no Norte”. Como dizia Gramsci, nestas províncias do império a burguesia nunca acha o justo equilíbrio entre xenofilia e xenofobia. Nesta cidade, por vezes, os factos sociais parecem se desenrolar mais do que segundo a famosa polaridade proposta por Umberto Eco, aquela entre apocalípticos e integrados, ao longo de uma polaridade entre celebrados e esquecidos. Pode ser que parte deste meu desconforto se deva às minhas raízes sicilianas e europeias. O fato é que há, muitas vezes, uma forte tensão entre minha interpretação de formas culturais, artefatos e lugares (por exemplo, um prédio, uma esquina ou um botequim), particularmente daqueles associados com os grupos subalternos, que eu considero antigos, e por isso se deve estudá-los, curti-los e preservá-los, e a forma pela qual, pelas elites daqui, as mesmas coisas são consideradas simplesmente velhas ou decadentes, e por isso não dignas de interesse ou algum esforço de preservação.

Este “bovarismo” e as dinâmicas de celebração/esquecimento que ele favorece, não podem não ter consequências para as regras do jogo acadêmico local, pelas quais os colegas são celebrados ou simplesmente ignorados, mais do que engajados criticamente. Há pouco espaço por uma crítica construtiva neste contexto, e, pelo contrário, muito espaço para a criação não de adversários, mas de verdadeiros inimigos. Muitos autores podem assim ser ignorados ou até marginalizados. Porque é difícil fazer que uma polémica acirrada não se torne inimizade. Há ainda grandes professores que exigem fidelidade e brasão, mais do que incentivar uma postura crítica e de abertura ao novo. Isto, obviamente, contribui a manter a província na sua condição provinciana. A província não se supera se não se dá conta das severas limitações que a empreitada intelectual tem no seu seio.

Precisamos unirmos esforços para escaparmos desta condição e criar melhores condições, em nosso contexto, para a produção e a difusão do conhecimento. Por isso que nas próximas, quem sabe, várias, décadas de minhas atividades tencionarei dar mais espaços e estes esquecidos, usando até parte do prestígio que ser professor titular de fato me confere. Precisamos dar espaço, sobretudo na contingência política que está se definindo, para as vozes tradicionalmente subalternas, porque negras, indígenas ou menos engajada com o poder. Precisamos também criar e fincar novas regras para o convívio acadêmico que, mas que puramente competitivas, opressoras e motivo de depressão, sejam, sobretudo, estimulantes e prazerosas.

A outra situação que me angustia trata do fenômeno que Paul Gilroy chamou de dermo-política – a presença tenaz de formas de enquadramento e de avaliação do outro com base na sua tez ou fenótipo e a dificuldade de se escapar disso devido à história de forte racismo não somente individual, mas também institucional. Isto

aponta para uma contradição. Por um lado, hoje em dia, aquilo que Achille Mbembe, em seu livro mais recente *Crítica da Razão Negra* (Lisboa: Antígona, 2014) chama de delírio, ou seja, a noção de raça, está mais presente do que nunca não somente nas relações sociais como no pensamento social, embora neste parece ter finalmente se findado a consciência da importância de se reler a história das ciências sociais à luz da centralidade da noção de raça em seu meio. Por outro lado, a própria noção de raça é menos adequada do que nunca para ser usada como instrumento analítico, pelo fato de ser uma noção demasiadamente enraizada no absurdo, no onírico, e no jogo de desejo e repulsão que historicamente norteia as relações entre as duas categorias especularmente inventadas de negro e de branco. Provavelmente, muito mais interessante é pesquisarmos o glossário popular, nativo e midiático em torno das “raças”, muito vivo inclusive em nossa época caracterizada por um renovado interesse pela biologia humana, agora construída como genômica, e proceder pesquisando, analiticamente, os racismos e sua anatomia assim como os processos de racialização, que se distinguem por se adequarem e renovarem em cada fase da modernidade. Em outras palavras, frente a esta imanência da raça em nossa história moderna, é trágica a inadequação do pensamento social para decifrar estes fenômenos em constante mutação. Mesmo assim, e embora saiba de que não há como prescindir desta consciência da questão racial, estou convencido que ainda vale a pena sonharmos, utopicamente, um mundo cheio de cores, mas definitivamente sem “raças”.

Tenho encontrado dificuldades de outra ordem por conta dos entraves oriundos da organização de nossa rotina e que tem criado obstáculos para a prática de pesquisa de campo, sobretudo quando esta se realiza longe ou no exterior. Queria ter mais tempo para pesquisa, principalmente na África, sem ter de realizá-la, sobretudo, nas férias. Talvez com uma organização mais criativa de nossa carga horária (dando aula de forma mais concentrada em um semestre para depois dispor de um semestre para pesquisa de campo), isso será um dia possível. Outro tipo de angústia provém do contexto político. Confesso que estou bastante preocupado com o quadro geral da política determinado por um golpe institucional, com a possibilidade concreta de que sejam desfeitos os esforços enveredados pela UFBA no sentido e fortalecer a inclusão e a permanência de alunos negros, indígenas e oriundos da escola pública, assim como os esforços do CEAO, o Posafro e o Programa Fábrica de Ideias para que se criassem relações interessantes e isonômicas ao longo do eixo Sul-Sul. Refletindo a posteriori, depois de mais de uma década de intercâmbios com países africanos, estou convencido de que precisamos pensar em uma internacionalização sustentável, que possa, pelo menos em parte, prescindir do apoio de parte das agências públicas de fomento no Brasil – uma ideia que precisamos desenvolver neste momento que

antecipa uma nova mudança nas políticas da internacionalização de parte das agências de fomento e dos ministérios.

Não há somente sombras, há também luzes. Para além destas dificuldades e até agruras, vejo uma série de novas oportunidades. É bom termos salas de aulas com mais alunos negros, indígenas e oriundos da escola pública; isso torna a didática mais interessante e eficiente. Muitas interessantes novidades estão sendo proporcionadas pelas novas tecnologias para a informação, ou TIs. É bem verdade que desde a afirmação da época digital, a arqueologia do saber, a pesquisa sobre a história do pensamento social, suas redes e trânsitos entraram em crise, simplesmente pelo fato de a correspondência por e-mail ser de mais difícil acesso e de menor durabilidade – os e-mails são apagados e destruídos com muito mais facilidade do que as cartas. Por outro lado, a internet e as redes digitais têm multiplicado o acesso aos arquivos e às bibliotecas nacionais e estrangeiras, assim como têm proporcionado novas formas de curadoria coletiva, intercâmbio, troca de informações (*crowdsharing*) e até mesmo captação de recursos (*crowdsourcing* ou *crowdfunding*). Neste sentido, as TIs podem também ser parte da solução, possibilitando novas formas e metodologias de pesquisa, por exemplo, das biografias, que deixam de ser projetos individuais para se tornarem um empreendimento coletivo, interdisciplinar e multilocalizado<sup>12</sup>. O projeto de Museu Digital, descrito anteriormente, tem se revelado um bom instrumento para experimentar os limites e as possibilidades de um novo diálogo entre as ciências humanas e as novas tecnologias da comunicação, assim como para se pensar sobre a nova categoria denominada humanidades digitais. Esta é uma nova fronteira, tanto para mim pessoalmente como para as ciências humanas mais em geral, que corresponde à necessidade de se criar uma interface crítica e experimental entre as ciências humanas e as TIs – que tanto transformaram nosso cotidiano como pesquisadores, mas sobre as quais pouco temos refletido.

Mais um dado positivo é a sensação que, finalmente, tenho conseguido desenvolver, ao longo do tempo, uma perspectiva internacional tanto sobre a antropologia quanto sobre meu tema central de pesquisa, as relações e hierarquias de cunho etno-racial e suas interconexões com as desigualdades duráveis e com a história do pensamento social, em uma perspectiva transnacional e, frequentemente, explicitamente comparativa. No Brasil, desde 1992, obtive alguns resultados no sentido da institucionalização dos estudos étnicos, primeiro na Bahia, através da criação do programa 'A Cor da Bahia', e depois quando trabalhava no Rio de Janeiro. Relativamente

---

12 Nos últimos anos, tenho visto a importância disto tanto em minha pesquisa sobre a “galáxia Lombroso na América latina” como na reconstrução da biografia intelectual de Eduardo Mondlane, cuja vida deixou registros em arquivos de vários países e várias línguas.

mais sucesso neste sentido tenho tido desde minha volta para a UFBA em 2002, um pouco porque esta é uma universidade muito mais interessante que a UCAM, ou porque é na UFBA que tenho passado mais tempo e também em parte porque, com a idade, se aprende a melhor lidar com as possibilidades e os limites de uma grande instituição de ensino.

Não pode não ser fonte de alívio a impressão que as formas de pesquisa-ação que tenho tentado desenvolver, inspiradas pela generosidade e o altruísmo, podem, efetivamente, contribuir para criar equilíbrios menos injustos na geopolítica do conhecimento, revertendo a tendência que faz da Bahia e do Nordeste um repositório de emoções, muito mais do que de reflexões. Acho que graça ao Posafro, à Fábrica de Ideias, ao CEAO, ao Departamento de Antropologia, e aos muitos colegas com os quais tenho tido o prazer de poder colaborar, tenho conseguido avançar significativamente nessa direção. Isto me dá alegria e esperança <sup>13</sup>.

78

Enfim, não é possível não ter arrependimentos em tantos anos de atividades. Por vezes, pergunto-me o que ganhei e o que perdi em ter deixado a Itália, depois a Grã-Bretanha, a Holanda e o Rio de Janeiro, para me instalar definitivamente em Salvador. Gosto desta cidade, acabei me sentindo em casa, ou menos “fora de casa” do que me sinto em outros lugares. Recentemente, estive mais uma vez nos Estados Unidos, em Chicago e em Ohio, e lá, embora adorasse as bibliotecas e, confesso, a forma como pesquisadores considerados sênior como eu são tratados, tive mais uma vez a confirmação de que aquele não é um lugar onde eu seria feliz. Em Salvador, minhas sensações são mais viscerais. Nesta cidade, decepção-me, por vezes, com a cultura intelectual e, mais ainda, com a falta de decoro de boa parte da burguesia, mas – embora um pouco temeroso por não querer incentivar os esterótipos sobre uma suposta intrínseca felicidade do povo negro baiano não obstante uma história de sofrimento e discriminação - confesso que ainda me emociono não somente com a cultura popular, com as cores e com os cheiros, mas também com o brilho e o entusiasmo dos alunos, sobretudo daqueles que tanto lutaram para ter acesso à universidade. Garanto que não se trata de mais um (ex)estrangeiro sentindo o encantamento da Bahia. É que aqui, eu, mais um soteropolitano de adoção, suo, sofro, participo, me esforço e me reencontro. Como tantos outros.

Por fim, agradeço todo aqueles que tem contribuído a fazer destes quatorze anos na UFBA um grande momento de crescimento na minha vida, a pesar das caras feias com as quais por vezes tenho me deparado. E saúdo todos os colegas, amigos

---

13 E como seria bom se minha mãe, meu tio Alfonso e meu melhor amigo Peter Vonk, que já se foram e aos quais dedico este memorial, pudessem compartilhar comigo esta alegria!

e companheiros que se foram, todos eles antes do tempo. Soube hoje da morte de Luiza Bairos e não posso deixar de prestar uma homenagem <sup>14</sup>.

Ora, se para a globalização o mundo é pouco, para mim, com tantos planos, uma vida é pouco – e passa rápido demais. E é porque uma vida é pouco para todos nossos desejos e planos, e ela pode ser ademais ainda mais curta que deveria, que precisamos refletir sobre a qualidade de nossa vida como pesquisadores e acadêmicos, assim como sobre as condições para a produção do conhecimento, sobretudo em nosso contexto, aqui em Salvador.

---

14 Grande figura, Luiza Bairos(1953-2016). Conheci ela em 1990 durante minha primeira visita ao CRH da UFBA. Ela pesquisava sobre mercado de trabalho e racismo. Continuei acompanhando a trajetória dela em vários momentos. Em várias ocasiões nos reencontramos. Tivemos algumas discussões, mas sempre nos respeitamos profundamente. Na penúltima vez brincamos que estávamos ambos de cabelo brancos e que, tínhamos que reconhecer, estávamos, de alguma forma, na mesma luta. A última vez que a encontrei Luiza estava no Pelourinho tomando cerveja com amigos, aparentando ótima saúde. Ela vá nos fazer muita falta. A inesquecível voz dela também.



**Anexo:**  
Roteiro de 40 anos

6



**Figura 1-** Meu pai e me tio Alfonso, Palermo, ca. 1952



**Figura 2 - Com mãe**



**Figura 3 - Com meus irmãos**



Figuta 4 - Anos setenta



Figura 5 - Juventude, em Londres



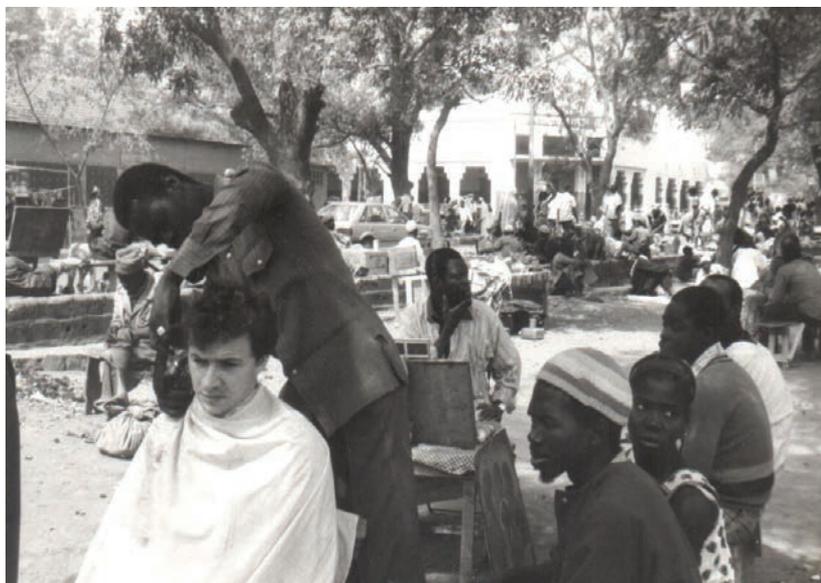
**Figura 6** - Em Londres, com Pito e David



**Figura 7** - Uns Informantes



**Figura 8** - Trabalho de campo em Amsterdam - 1981-1991



**Figura 9** - Bamako, Mali, 1986, pesquisa exploratória



**Figura 10** - Homenagem - antes da queda do muro de Berlim...



**Figura 11** - Paramaribo, 1988



**Figura 12** - Tentando não perder os contatos com a Itália



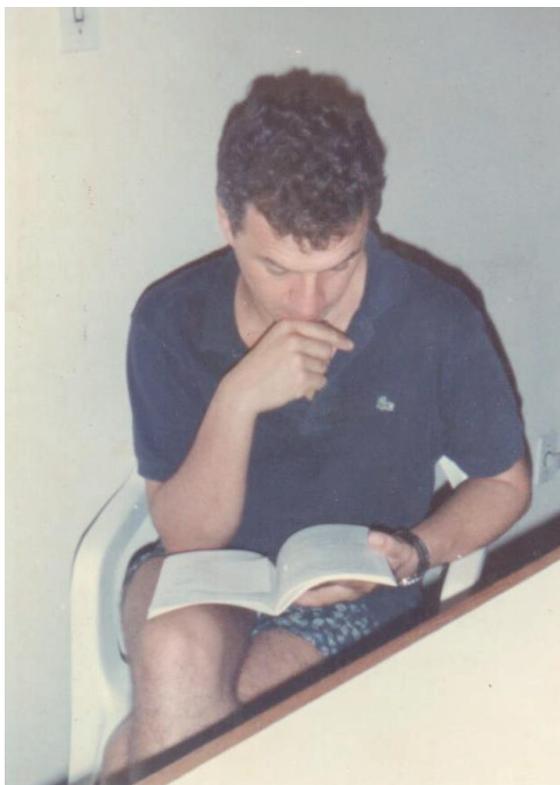
**Figura 13** - Defesa do doutorado em 1992



**Figura 14** - Defesa do doutorado em 1992



**Figura 15** - Trabalho de campo na Cidade Baixa e Suburbana



**Figura 16** - Organizando as anotações



**Figura 17** - A Cor da Bahia



Figura 18 - Prof. Visitante na UNICAMP



Figura 19 - Dirigindo o Centro de Estudos Afro-asiáticos no Rio



**Figura 20** - Com Michel Agier



**Figura 21** - Com Carlos Hasenbalg



**Figura 22** - Com Roberto Motta e Gustavo Lins Ribeiro



**Figura 23** - Com Peter Fry, Carlos Hasenbalg e Patricia Farias



Figura 24 - Dakar, 2000 primeiras entrevistas

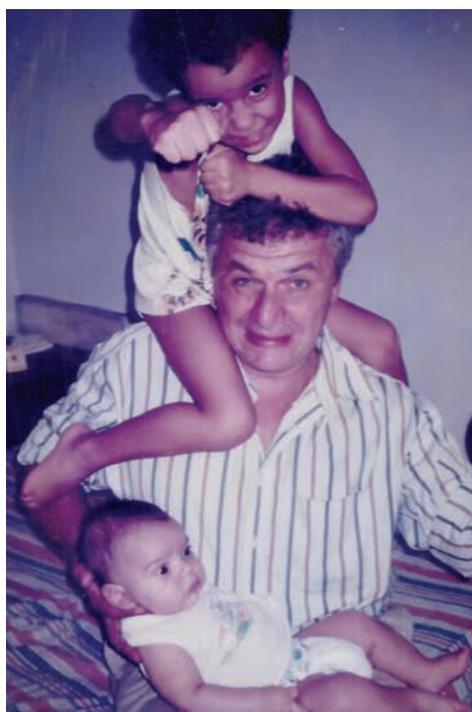


Figura 25 - Uma grande novidade: Pedro e Giulio



**Figura 26** - Pesquisa em Cabo Verde



**Figura 27** - Os velhos amigos se tornam ainda mais velhos



**Figura 28** - Sueli, minha companheira, me acompanha e dá força



**Figura 29** - Os filhos crescem



Figura 30 - Os velhos envelhecem



Figura 31 - O tempo passa





Este livro foi produzido em formato 1536 x 2048 pixels e utiliza as tipografias DTL Haarlemmer e Akko Pro, com miolo preparado na Edufba, em formato PDF.